

junho : julho 2007
ano 12 | nº 43



Federação Nacional dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio,
Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos

ENCARTE ESPECIAL

Novo pôster registra a história de 55 anos da FENAVENPRO

5

Lupi defende fim do imposto sindical. FENAVENPRO se surpreende com declaração do ministro do Trabalho

2 e 3

Estabilidade de dirigente sindical é um direito assegurado na Constituição Federal e na CLT

O movimento sindical não pode se omitir diante da incompreensão do Judiciário Trabalhista, que de maneira equivocada, tem prejudicado a atuação dos dirigentes sindicais, que muitas vezes sacrificam a carreira na empresa, para se dedicar à defesa das categorias que representam.

7

Lula diz que Reforma Trabalhista começou com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e Senado debate Emenda 3

8

Acordo entre trabalhadores e patronais regulamenta contribuição assistencial

NCST-RJ realiza Seminário sobre o PAC

14 e 15



A NCST-RJ, sob a coordenação da Nova Central-Nacional e das Confederações Nacionais de Trabalhadores, realizou na Sede da entidade, no último 31 de maio, Seminário sobre o Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Lula. O objetivo do evento foi esclarecer aos trabalhadores e sindicalistas, os principais aspectos do programa que visa acelerar o crescimento econômico, e aumentar o emprego até o ano 2010.

12 de junho

Dia Internacional do Combate ao Trabalho Infan-

18 e 19



FOTO: UNICEF

Você sabia que o Brasil é o 3º País da América Latina que mais explora o trabalho infantil? E que só perde em exploração de crianças para a Nicarágua? De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social, apesar da proibição constitucional do trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos, estima-se que cerca de 2,7 milhões, entre 5 e 16 anos, trabalhem no Brasil de forma irregular.

Ameaçada a estabilidade de dirigente sindical



O TEMA EM questão, que interessa de perto nossos companheiros **dirigentes sindicais**, que sacrificam muitas vezes a carreira na empresa, para se dedicar à defesa da categoria, tem sido incompreendido pelo Judiciário Trabalhista. É que tão logo a empresa sabe da militância sindical do trabalhador, não obstante a possível punição até criminal contra a livre organização sindical, de imediato parte para a represália, perseguições e certamente seus dias na empresa estão contados.

Não é preciso ser dirigente executivo, nem mesmo membro do conselho fiscal, até mesmo suplente. Sabedor de sua candidatura à conduta da empresa muda. É por isso que a **CLT** protege com a **estabilidade** (garantia de emprego e salário) o **dirigente sindical**. Vale ressaltar que não “por seus belos olhos”, mas por arrostar as conseqüências da função protegida. Pelo menos para compensar o risco.

Há sem dúvida, alguns que confundem a proteção como se fosse à sua pessoa, mas, é sabido que se trata de proteção à função de representante, ou seja, ao exercício do cargo, sem medo ou restrições. Mas, as conseqüências, para o bem ou para o mal, ocorrem

sobre a pessoa que detém o cargo ou função.

Daí a necessidade, se quer ter um sindicalismo independente, de haver a **estabilidade** para todos os **dirigentes sindicais**, ainda que limitado o número reconhecido pelo Estado, sejam eles efetivos e/ou suplentes, incluindo até os do conselho fiscal. A este aspecto temos tido decisões que pretendem excluir ora os membros, ora os suplentes, ora os que excederem a sete, ora os que excederem a sete mais três do Conselho.

CLT e Constituição devem ser respeitadas

Na verdade, a **CLT** disciplina, conforme a **Constituição**, no Artigo 543, Parágrafo 3º, a **estabilidade** aplicando-a a efetivos e suplentes. Já o Artigo 522 da **CLT** limita os efetivos a sete mais três do Conselho. Um Artigo não colide com o outro. Antes, se completam. Dos **dirigentes sindicais** permitidos (efetivos) cuida o Artigo 522, isto é, de quem representa a entidade (e suplente não representa, salvo quando na função de efetivo, aí, compondo o número de sete).

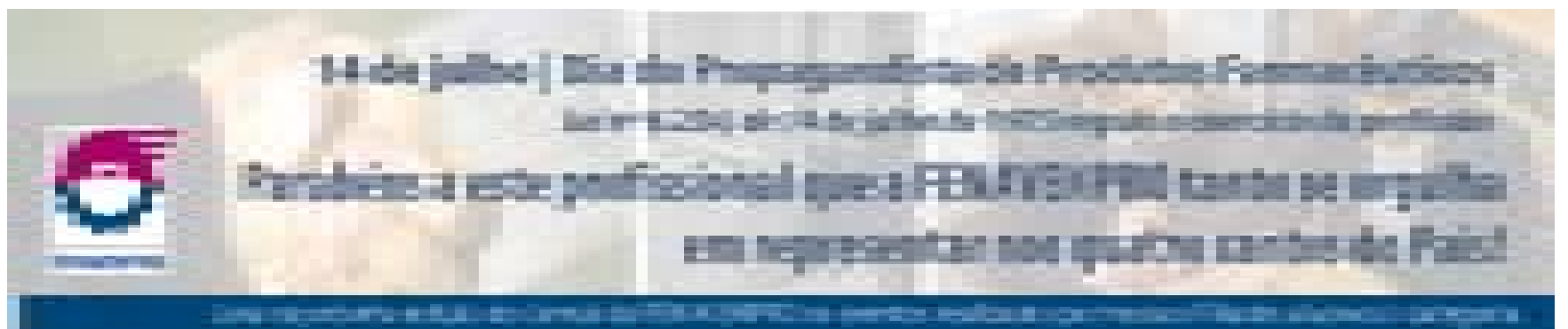
Assim, sete diretores executivos mais três do conselho, são os que representam a entidade; e, mais, seus suplentes, formam o conjunto de **dirigentes** contem-

plados com a segurança, este com base na Constituição Federal Art igo 8º, VIII.

Não há, pois, como duvidar dos dispositivos legais bem centrados, sendo de se repisar: todos eles, efetivos e suplentes, sujeitos aos riscos da militância sindical, isto é, a serem despedidos, não fora a **estabilidade** provisória em tela. Portanto, não faz sentido imaginar-se uma **estabilidade** que abrangeria apenas parte dos dirigentes ou dos que ingressam na militância diretiva sindical, titulares ou suplentes.

Portanto, cabe aos **dirigentes sindicais** se unirem para tornar efetiva esta garantia, seja provocando um Projeto em que deixe expresso o que por entendimento já existe (ou deveria existir), seja para que acabe de vez por todas com a insegurança transmitida pelo Judiciário aos jurisdicionados, com nova redação da Súmula 369-II -TST.

A diretoria



expediente | **Jornal da FENAVENPRO** | Informativo bimestral produzido pela Assessoria de Comunicação Social da FENAVENPRO

Rua Álvaro Alvim, 21/4ª - Cinelândia | CEP 20031-010, RJ/RJ | Tel.: [21] 3380-3666 | Fax: [21] 2262-0401 | www.fenavenpro.org.br | E-mail: fenavenpro@openlink.com.br

Tiragem: 5.000 exemplares | Distribuição gratuita aos 27 Filiados; entidades sindicais; autoridades; órgãos governamentais federais, estaduais e municipais e empresas de comunicação.

Diretoria Executiva | Edson Ribeiro Pinto (SP); Carlos Simoni Giacoboni (RS); Ayrton Rodrigues de Almeida (RJ); Luiz Fernando Nunes (RJ); Olímpio Coutinho Filho (RJ); Reginaldo Allemand Damião (ES); Augusto Garcia (PR); Nataniel Vaz Costa (SE); Milton Zschaber de Araújo (MG). **Conselho Fiscal** | José Guimarães Alves (RJ); Álvaro Nascimento Filho (PA); José da Silva Cordeiro (SC).

Jornal da FENAVENPRO | **Dir. Responsável:** Edson Ribeiro Pinto, **Editora:** Tania Maria de Oliveira : Registro RJ19198JP; **Fotos:** Tania Maria/arquivo; **Digitação:** Elizabeth Mourão; **Revisão:** Paulo Pimentel; **Projeto Gráfico:** Tathiana Marceli/ *Edit Impress* [21] 3507-5400; **Impressão:** SR Gráfica e Editora;

O *Jornal da FENAVENPRO* não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias assinadas

Leia esta edição e anteriores em www.editimpress.com.br, no link *Jornal da FENAVENPRO*

Senado debate demissões arbitrárias de dirigentes sindicais

A SUBCOMISSÃO DE Trabalho e Previdência e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal realizaram Audiência Pública, no dia 3 de maio do corrente ano, com representantes do Ministério do Trabalho e Emprego; do Ministério Público do Trabalho; e das Centrais Sindicais, para debater ocorrências de demissões arbitrárias, contra dirigentes sindicais e membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa).



defender uma categoria e não ter um mínimo de garantia” ponderou.

O sindicalista disse conhecer patrões que ainda tentam coibir a atuação sindical, mas, por outro lado, lamentou existirem alguns dirigentes que se escondem atrás da “carteirinha do Sindicato”, para agirem incorretamente.

Para aqueles fora da Lei **Moacyr** é rigoroso: “Eles devem ser punidos na forma que a própria Lei os legitima, com demissão por justa causa”.

O presidente da **Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)**, **Antônio Neto**, disse que os Tribunais e o Ministério Público têm interpretação dúbia em relação à proteção dos sindicalistas e frisou a necessidade de uma definição sobre a matéria. **Neto** além de cobrar a regulamentação de vários artigos da Constituição, entre eles o que prevê a participação nos lucros, posicionou-se contra a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Na opinião do procurador Regional do Trabalho, **Ricardo José Macedo de Brito, Pereira**, é preciso retomar o debate sobre a Reforma Sindical para adequar a legislação dos Sindicatos: “É importante colocar em discussão qual o número mais adequado de dirigentes beneficiados pela estabilidade, retirando da jurisprudência a decisão sobre isso”. Ele discorda da interferência do Poder Judiciário nas decisões dos Sindicatos.

Para o secretário-geral da **Nova Central Sindical de Trabalhadores**, **Moacyr Roberto Tesch**, é importante que dirigentes sindicais tenham seu emprego garantido para que possam atuar em favor de outros trabalhadores: “É terrível você se expor a um trabalho,

Assessoria jurídica da FENAVENPRO orienta Filiados

por **Hildebrando Barbosa de Carvalho**

Os membros dos conselhos fiscais dos Sindicatos, titulares e suplentes, detêm da garantia provisória no emprego como estabelecida no Art. 543 §§ 3º e 4º da CLT, visto que todo empregado envolvido com a atividade sindical fica exposto a sofrer possíveis retaliações no emprego, sendo certo que tal medida protetora está inserida no Art. 1º das Convenções nº 98 e 135 da OIT, ratificada que foi pelo Decreto nº 131/91 do Governo Federal.

O fato de alguns Tribunais Trabalhistas considerarem inexistente aludida garantia provisória não encontra, ao nosso juízo, melhor amparo legal, eis que o membro do conselho fiscal do sindicato foi regular e diretamente eleito pelos integrantes da categoria profissional; participa efetivamente das deliberações colegiadas e necessita desta garantia para exercer, com independência e autonomia suas atividades que, por muitas vezes, contraria interesses do empregador.

A proteção ao emprego dos membros dos conselhos fiscais, assim como dos demais diretores, delegados e de membros das CIPAs, está, inclusive constitucionalmente assegurada no artigo 8º da CF/88 e, neste sentido, em bem analisando o tema, o mestre Valentim Carrion afirmou, sem sombra de quaisquer dúvidas, que tais dirigentes, inclusive os suplentes, são estáveis provisoriamente no emprego, desde a candidatura até um ano após o mandato.

Todavia vale lembrar que o inciso I, do artigo 7º de nossa Carta Magna, igualmente garante que a relação de emprego se encontra protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de Lei Complementar, reportando-nos ao artigo 543 da CLT e, temos ainda que, o inciso XXVI, também do artigo 7º, reconhece a validade das Convenções e dos Acordos Coletivos de Trabalho, o que, por si só, nos leva a “sugerir” que sejam incluídas cláusulas normativas em tais instrumentos coletivos que reiterem, e re-assegurem, a garantia provisória no emprego dos membros, titulares e suplentes, dos conselhos fiscais, assim como dos demais diretores, delegados e de membros das CIPAs, o que se constituirá em mais um forte argumento para a defesa da proteção do emprego destes valorosos companheiros.

Filiados da FENAVENPRO denunciam demissões arbitrárias

OS SINDICATOS DOS Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos dos Estados de **Rondônia (SERVIPROFARO)**, da **Paraíba (SINVENPRO)** e de **Santa Catarina (SINDIVESC)**, comunicaram a diretoria da **FENAVENPRO**, que empresas e laboratórios farmacêuticos dessas regiões, vêm provocando demissões freqüentes de diretores sindicais e membros do conselho fiscal.

O caso mais recente aconteceu em **Rondônia**, com um propagandista vendedor de produtos farmacêuticos do laboratório **SOLVAY FARMA**, membro efetivo do conselho fiscal do **SERVIPROFARO**. O presidente do Sindicato, **Antonio de Oliveira**, explicou a justificativa da empresa pela demissão do funcionário: “Eles alegaram através de comunicado a entidade que a partir de maio o departamento de vendas do laboratório em todo o país passaria por uma reformulação e por conta disso a função de propagandista seria extinta na região”, lamentou.

Inconformado **Oliveira** garantiu que o **SOLVAY FARMA** vai continuar a vender seus produtos no Estado, mas através de três distribuidoras sediadas na capital, em **Porto Velho**. O sindicalista considera a postura do laboratório uma afronta aos dirigentes sindicais e desabafou: “Se a moda pega em toda a área do Norte e Nordeste os Sindicatos vão acabar antes mesmo do Governo Lula tentar fazer a Reforma Sindical!”, esbravejou.

Outra informação que chegou ao conhecimento da **FENAVENPRO** veio da **Paraíba**, através de ofício assinado por **Heraldo Aires**, 1º secretário **SINVENPRO**: “**A GILLETE DO BRASIL** demitiu um suplente do conselho fiscal do nosso Sindicato e já negou dois pedidos de reintegração do funcionário”.

Revoltado **Aires** acrescentou que grande parte dos juízes trabalhistas do Estado não reconhece a estabilidade para os membros do conselho como um todo, violando o Art 8º - Inciso VIII - da Constituição Federal, que assegura a estabilidade provisória para os empregados eleitos a cargo de direção ou representação sindical, e o Artigo 543 - Parágrafo 3º - da CLT, que vedam a dispensa do empregado sindicalizado.

O caso mais grave aconteceu em Santa Catarina. O funcionário da **GlaxoSmithkline**, membro do conselho fiscal do **SINDIVESC**, perdeu a ação no Tribunal Superior do Trabalho. Os ministros da Sexta Turma do TST, por unanimidade, afastaram a estabilidade provisória do reclamante por julgarem improcedente a ação.

NCST: dois anos comprometida com o sistema confederativo

FUNDADA HÁ DOIS anos, nos dias 28 e 29/06/05 a **Nova Central Sindical de Trabalhadores** nasceu com a responsabilidade de preencher um espaço que as outras Centrais não conseguiram ocupar: o compromisso com o **sistema confederativo** e com a defesa do Artigo 8º da Constituição Federal.

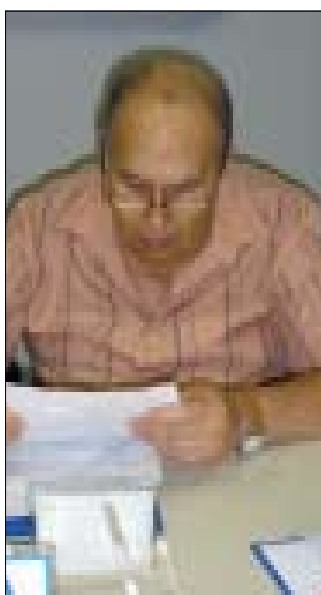
As posturas independente, transparente e suprapartidária da **NCST** contribuem para que a entidade seja referência e equilíbrio dentro do movimento sindical diante de questões relevantes, entre elas direitos trabalhistas, ética, democracia, justiça social e cidadania. No Congresso Nacional a **Nova Central** é sempre chamada para participar de audiências públicas, debates, seminários, entre outros temas.

Vale lembrar que a **Nova Central** já tem Seccionais em onze unidades federativas, todas atuantes e com papel decisivo para fortalecê-la em quase todo o Brasil.

Fonte: Jornal da NCST – Ano I – nº 4



“O trabalho de reunir as entidades sindicais em torno da manutenção do Art. 8º deve ser permanente” afirmou **José Calixto Ramos**, presidente da **NCST**. Para o sindicalista é preciso consolidar ainda mais a **Nova Central**: “Para tanto, estamos em contato com as lideranças sindicais dos Estados que ainda não instalaram suas regionais”, complementou.



Para o diretor da **FENAVENPRO** e vice-presidente da **NCST-Nacional**, **Olimpio Coutinho**, “as Federações de Trabalhadores do Rio e nossos Filiados saúdam a passagem do segundo aniversário da **Nova Central** e vibram em participar da única articulação inter-sindical de trabalhadores brasileiros que de fato defende todos os princípios que sempre nortearam o sistema sindical **confederativo**, comemorou”.

NCST debate com Lula direito de greve no setor público

REPRESENTANTES DA NOVA Central Sindical de Trabalhadores e de quatro Centrais reuniram-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e cinco ministros, do Trabalho, Carlos Lupi; da Previdência, Luiz Marinho; do Planejamento, Paulo Bernardo; da Saúde, José Gomes Temporão, e o secretário Geral da Presidência, Luiz Dulci, no dia 25/07, no Palácio do Planalto, em Brasília.. Eles debateram a regulamentação do direito de greve do **servidor público**. A intenção do Governo é proibir paralisações nos serviços essenciais. Os sindicalistas discutiram ainda, entre outros temas, a Medida Provisória que vai regularizar a representação das Centrais sindicais - terão direito a 10% da arrecadação do imposto sindical, a regulamentação da contribuição assistencial e a contratação, pelo regime da Xonsolidação das Leis do Trabalho (CLT), de servidores de fundações estatais no setor da saúde.

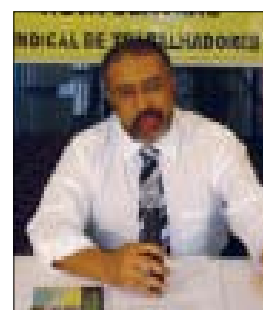
Fonte: CSPB

Paim e Medeiros na reunião nacional da NCST

A **NOVA CENTRAL Sindical de Trabalhadores** realizou um encontro nacional entre os membros da entidade nos dias 14 e 15 de agosto, no auditório do Hotel San Marco, em Brasília. Na ocasião, a diretoria executiva da entidade apreciou o Relatório de 2006 e aprovou a prestação de contas do exercício do mesmo ano apresentada pelo conselho fiscal.

Dos palestrantes convidados, compareceu ao encontro o senador **Paulo Paim** (PT-RS) - ovacionado pela plenária - que falou sobre seus Projetos em tramitação no Congresso Nacional, entre eles o **PLS 177/07** que defende a estabilidade de dirigente sindical; o **PLS 296/03**, que revoga o Fator Previdenciário criado no Governo FHC, em 2003, ou seja, modifica os critérios de cálculo dos benefícios da Previdência Social e o **PLS 248/06**, que regulamenta a contribuição assistencial.

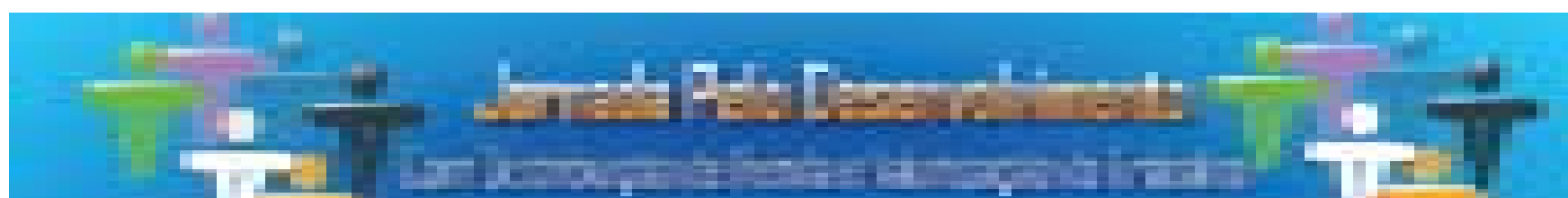
O representante do Ministério do Trabalho e Emprego, **Luiz Antonio de Medeiros Neto**, secretário de Relações do Trabalho, afirmou que vem trabalhando com critérios e de forma técnica. Na ocasião ele defendeu a unicidade sindical e a contribuição assistencial; esclareceu as dúvidas sobre recadastramento das entidades sindicais junto ao Ministério, propôs a descentralização das Delegacias Regionais de Trabalho e garantiu aos sindicalistas: “O ministro Lupi é comprometido com os trabalhadores e com o presidente da República e não discrimina ninguém”. **Medeiros** finalizou: “O nosso ministro vai fazer história nesse País” e o comparou a João Goulart, opinião rebatida por alguns pedetistas históricos.



Paim: “O movimento sindical deve organizar uma audiência pública e chamar o empregador para debater o PL 248 . Podem contar comigo!”



Medeiros: “ Não brinco em serviço! Sou homem de palavra, cumpro com os meus compromissos e não confundo ideologia com o cargo que atualmente ocupo”.



Acesse o portal **Jornada Pelo Desenvolvimento** www.jornadapelodesenvolvimento.com.br e conheça a **Agenda dos Trabalhadores'**

Iniciativa da **NCST** em conjunto com as principais Centrais do País.

Lupi estuda fim do imposto sindical

O **MINISTÉRIO DO** Trabalho estuda um possível fim para o **imposto sindical** e uma nova forma de financiamento dos Sindicatos do País. Em entrevista ao **Jornal O Globo** (8/07/07), o ministro **Carlos Lupi** defendeu o fim do tributo: **“Queremos criar um mecanismo que tire esse imposto (um dia de trabalho) do trabalhador. A idéia inicial é que, nos Acordos Coletivos, seja negociado um percentual para o Sindicato”** acrescentou o ministro.



Bandeira rebate Lupi

EM RESPOSTA A matéria do ministro do Trabalho publicada no **Jornal O Globo** o presidente do **Movimento Sindical Nacional do PDT** e diretor de Assuntos Parlamentares da **Nova Central Sindical de Trabalhadores, Fernando Bandeira**, esclareceu em **Carta dos Leitores** (9/07/07) **“que tanto o imposto sindical como a unidade sindical são princípios basilares da organização sindical que permitem a criação de Sindicatos fortes. Acabar com o imposto é enfraquecê-los”** lamentou o sindicalista.



FAT investe em Programas de qualificação do trabalhador

O **MINISTRO DO** Trabalho, **Carlos Lupi**, pediu ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, um reforço de **R\$ 500 milhões a R\$ 700 milhões** por ano para os programas de qualificação do trabalhador em todo o País. Ele pleiteia mais recursos para as linhas de crédito do BNDDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, com recursos do **Fundo de Amparo ao Trabalhador**, voltadas para a geração de emprego.

Os recursos para essas linhas caíram de R\$ 16 bi, em 2006, para R\$ 8 bilhões, em 2007. Segundo **Lupi**, **“o fluxo de caixa do FAT é hoje deficitário, o que está reduzindo os recursos destinados às linhas de financiamento dos Bancos oficiais e dos programas de qualificação do Governo para jovens entre 16 e 24 anos”**. O ministro destacou que a qualificação de trabalhadores é fundamental para alimentar a cadeia produtiva que será gerada com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Pela **Lei 7.998/1990**, pelo menos 40% dos recursos do **FAT** devem ser empregados em programas de desenvolvimento econômico administrados pelo BNDDES.

Informações trabalhistas acesse www.mtb.gov.br. No site há espaço para inscrição no Programa Primeiro Emprego

Trabalho informal dobra em 20 anos

NÚMERO DE BRASILEIROS ocupados, sem carteira assinada, praticamente dobrou em **20 anos** no Brasil. Saltou de **17,4 milhões** para **33,4 milhões**, entre 1985 e 2005, o que corresponde a um aumento de **92%** no período. A **“nova informalidade”**, conceito criado pelo economista da Unicamp, Márcio Pochmann, autor do estudo sobre o assunto, não apenas cresceu em tamanho, mas incorporou pessoas com melhor remuneração e de maior escolaridade.

Lupi garante: “Geração de empregos formais baterá recorde em 2007”

BASEADO NO CADASTRO Geral de Empregados e Desempregados (Caged) que aponta nos quatro primeiros meses de 2007, a geração de emprego bateu recorde, com a criação de **701 mil Postos de trabalho** em todo o país. O ministro do Trabalho e Emprego, **Carlos Lupi**, disse **“que tudo leva a crer que bateremos esse recorde antes do final do ano”**.

Segundo **Lupi**, o emprego vem aumentando especialmente na agricultura voltada para exportação e nos setores ligados aos projetos de infra-estrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como petróleo, energia elétrica e construção.

OPINIÃO

Lamentamos que ultimamente a sucessão de ministros que ocupam a pasta do Ministério do Trabalho e Emprego, ao invés, de se preocupar com a criação de novos empregos; com a qualificação e proteção real dos trabalhadores; com o combate à economia informal e a prática do trabalho escravo, tentam de todas as formas, destruir o pouco que resta e que ainda permite a sobrevivência das entidades sindicais representativas das categorias profissionais, responsáveis pela conquista de direitos históricos dos trabalhadores.

Edson Ribeiro Pinto – presidente da FENAVENPRO

Sai acordo para trabalho aos domingos

FOTO: VICTOR SOARES



DEPOIS DE MAIS de três anos de negociação entre Governo e representantes dos comerciantes e empregadores sai o acordo - através do Ministério do Trabalho e Emprego - para regulamentar o trabalho no comércio aos domingos. Foi acertada a proporção de dois domingos de trabalho por um de folga e nos feriados as condições devem ser definidas por meio de convenções coletivas, que definirão entre outras questões horas extras, vales refeição e transporte e jornada de trabalho.

O ministro do Trabalho afirmou durante assinatura do Protocolo de Entendimento para a edição da Medida Provisória que regulamentará o trabalho aos domingos.

na Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, Av. Presidente Antonio Carlos, nº 251, em 4 de junho passado, "que a área técnica do Governo está revisando os termos do acordo antes de editar MP a fim de checar pontos que possam ferir a legislação". Porém, **Carlos Lupi** não descartou um acordo através de Portaria Ministerial, ao invés de MP para adiantar a implementação das decisões.

Para o secretário de Relações do Trabalho, do MTE, **Luiz Antônio Medeiros**, ninguém do Governo é contra a abertura do comércio aos domingos, mas com trabalho regulamentado: "A regulamentação significa mais empregos e dignidade para o empregado, lembrando que a Convenção Coletiva pode melhorar isso ainda mais", complementou.

"Com certeza, se abertura mostrar resultado o empresário empregará mais, e, conseqüentemente, haverá mais empregos e mais impostos. Será só progresso!", festejou **Natan Schiper**, representante da **CNC – Confederação Nacional do Comércio**.

Fontes: MTE e Gestão Sindical – O mundo do trabalho (on line)

Pesquisa da Abras mostra que 73% dos brasileiros fazem compras aos domingos

A **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA de Supermercados**, ao mesmo tempo em que propôs o rodízio de dois domingos trabalhados por um de folga, divulgou pesquisa encomendada ao Ibope que aponta que **73% dos brasileiros** fazem compras aos domingos. O levantamento, realizado em sete capitais, revela que 71% da população aprova a abertura do comércio nesse dia. Em 2003 esse índice era de 59%.

O presidente da **Abras**, **Sussumu Honda**, afirmou que a compensação de uma folga para cada domingo trabalhado tornaria inviável o funcionamento dos supermercados, porque o custo, com a mão-de-obra, não compensaria a manutenção dos empregos. Neste caso, ele afirma: "As redes demitiriam entre 15% e 20% dos atuais 850 mil funcionários no país, o que pode alcançar 170 mil pessoas".



Por ordem médica, desde o último dia 13 de junho, o 1º secretário da **Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio**, **José Carlos Perret Schulte** encontra-se licenciado, temporariamente de suas funções.

Enquanto durar a sua ausência, o 2º secretário, **José Augusto da Silva Filho** responde pelas atividades da Secretaria da CNTC e, no lugar deste, **Edson Ribeiro Pinto**, presidente da **FENAVENPRO**.

CNTC divulga Nota de Esclarecimento

Trabalho no comércio aos domingos

Nota de Esclarecimento

A *Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e as Federações filiadas ao final relacionadas vêm a público esclarecer que, apesar das várias reuniões realizadas pelo Ministério do Trabalho com organizações e entidades sindicais visando chegar a um entendimento sobre a ABERTURA DO COMÉRCIO aos domingos, esta Confederação e Federações filiadas sempre demonstraram que só aceitariam qualquer tipo de acordo se houvesse EXPRESSA PROIBIÇÃO DO TRABALHO AOS DOMINGOS no comércio em geral, salvo se adotado através de Convenção Coletiva de Trabalho.*

Somente por esse instrumento seriam disciplinados discriminadamente todos os direitos e deveres de empresários e de empregados em relação à matéria.

Fora disso é piorar a atual situação, tomando-se inaceitável pelos milhões de comerciantes de todo o país que, em sua grande maioria, hoje vivem verdadeiramente escravizados.

Brasília, 14 de junho de 2007.

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC; Federações dos Trabalhadores no Comércio dos Estados do Amazonas, Goiás e Tocantins, Pará e Amapá e mais as Federações dos Empregados no Comércio dos Estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Norte e Nordeste, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro e Sergipe

Antônio Alves de Almeida, Percília Florêncio da Silva, José Francisco Pantoja Pereira, Márcio Fatel, José Ribamar Rodrigues Filho, Saulo Silva, João Aparecido Spontoni, Levi Fernandes Pinto, Valmir de Almeida Lima, Vicente Silva, Raimundo Nonato dos Santos, Cléber Paiva Guimarães e Ronildo Torres Almeida, presidentes respectivamente.



Antonio Alves de Almeida, presidente da CNTC

Chinaglia debate Reforma Trabalhista

O **PRESIDENTE DA** Câmara de Deputados, **Arlindo Chinaglia**, afirmou durante o lançamento da agenda político-institucional da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) que uma eventual **Reforma Trabalhista** precisa estabelecer bases para melhorar as condições de vida da população brasileira. “Eu parto de alguns pressupostos. Primeiro, que o País é um dos piores do planeta em distribuição de renda; segundo, que os direitos dos trabalhadores no Brasil estão aquém dos de sociedades mais desenvolvidas”, justificou. O deputado sugeriu aos juízes trabalhistas assumirem uma posição sobre a Reforma. “Vocês, mais do que ninguém sabem onde a corda está mais fraca”, disse.

FOTO: ANNA IZABEL



Para **Chinaglia**, a **Reforma Trabalhista** não deve ser pautada no retrocesso dos direitos sociais dos trabalhadores. “Eu temo quando se fala genericamente em Reforma, apenas com a intenção de retirarem direitos”, disse. O parlamentar ressaltou, no entanto, que a Consolidação das Leis

do Trabalho (CLT) não está imune a mudanças. “Nós temos que gerar empregos e formalizar as relações de trabalho; a **Reforma Trabalhista** tem de entrar em uma agenda maior para o País”, sustentou.

Menos encargos

Chinaglia avaliou que poderá haver margem para redução de encargos na folha de salários, mas ponderou que uma Reforma nesse sentido é complexa. “Quando se fala em redução de tributos é preciso pensar que o Estado brasileiro é quem garante o Sistema Único de Saúde, a educação pública, etc”. O parlamentar cobrou, por isso, “mais racionalidade” no debate sobre o assunto. “Toda vez que alguém comentar sobre o assunto, terá que apontar também a fonte dos recursos para financiar as ações do Estado”, afirmou.

Trabalho escravo

Chinaglia lamentou o impasse que paralisa a tramitação no Congresso da **Proposta de Emenda à Constituição 438/01 do trabalho escravo** desde dezembro de 2004. A **PEC** dispõe sobre a exploração de terras onde forem encontrados trabalhadores submetidos a regime de escravidão. Na opinião do deputado, “há resistências” que impedem a aprovação da Proposta e antecipou que caso os líderes não cheguem a um entendimento sobre o texto, vai colocar a proposta em pauta “como ela está”.

Fonte: Agência Câmara

Reformas Trabalhista e Sindical devem ser propostas por MP

O governo federal vai tentar se desvencilhar dos debates no Congresso Nacional para aprovar alguns pontos de sua **Reforma Trabalhista**. Um acordo feito com as Centrais permitirá que o Palácio do Planalto envie à Câmara **Medidas Provisórias** com alterações específicas na legislação trabalhista brasileira, driblando assim as discussões que o assunto desperta em todos os Partidos. A estratégia é criticada pela oposição e até parlamentares da base discordam da maneira como o Governo irá tratar esta questão.

Lula diz que começou a Reforma Trabalhista

O presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** afirmou, em 1º de julho, em seu programa de rádio “Café com o Presidente” que a **Reforma Trabalhista** começou a caminhar no país com a **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa**: “Pode-se dizer que o que nós fizemos aqui, na verdade, já tem embutido nessa **Lei** uma pequena **Reforma Trabalhista** na medida que as empresas não pagam menos na sua folha de pagamento, não pagam menos tributo do que elas estão pagando hoje”, afirmou. O presidente disse ainda que a **Lei Geral** vai gerar novos empregos com carteira assinada: “Essa é uma conquista da sociedade e, muito especial, dos pequenos negócios, favorecidos com redução de até 67% da carga tributária, dentre outros benefícios”, complementou.

A **Lei** instituiu o Simples Nacional também chamado “Super Simples”, que unifica o recolhimento de impostos da União, dos Estados e dos Municípios

Mundo do Trabalho

Terceirização

Ministro promete eliminar

terceirizado em quatro anos

O ministro do Planejamento, **Paulo Bernardo** (PT), disse que o Governo tem o compromisso de acabar em quatro anos com contratos de terceirização de serviços. Segundo ele, a obrigação consta de um Termo de Ajustamento de Conduta que o governo assinou com o Ministério Público Federal. O ministro afirmou que há cerca de **35 mil** pessoas trabalhando no serviço público como mão-de-obra terceirizada. O Ministério do Planejamento não informou a data de assinatura do Termo com o MPF citado pelo ministro.

Fonte: Folha de São Paulo (17/04/2007)

Subcomissão vai discutir terceirização na Câmara

No âmbito da Comissão do Trabalho e Administração do Serviço Público (CTASP) foi criada a **Subcomissão de Terceirização** que deverá debater sobre os mais de **200 Projetos** em tramitação na Câmara dos Deputados que tratam do tema.

O presidente da **Subcomissão** o deputado **Sandro Mabel** (PR-GO), diretor do Grupo Mabel e presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Goiás é um defensor e entusiasta da terceirização. A prova desta afirmativa é apresentação do **Projeto de Lei 4330/04**, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. O **PL** em referência tramita na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Projeto enfrenta resistência do movimento sindical

O **PL** de **Mabel** não agrada e sofre resistência de aprovação por parte do movimento sindical que precisa ficar atento. O **Projeto** que ao final da legislatura passada chegou a ser arquivado retoma sua tramitação na Câmara. Os sindicalistas consideram o Projeto nocivo aos trabalhadores, pois muda todo o conceito de empresa preponderante, que tem a obrigação de manter sob sua responsabilidade as relações de trabalho dos empregados que labutam nas atividades meio e fim da empresa, ficando assim, responsável pelas relações de trabalho, a empresa terceirizada.

Projeto de terceirização de FHC poderá ser finalmente arquivado

A Câmara dos Deputados, assim que seja liberada das Medidas Provisórias que a travam, finalmente irá votar a retirada do **Projeto de Lei 4.302/98 “que dispõe sobre a terceirização do contrato de trabalho”**, que tramita na Casa desde o Governo **FHC**. O pedido foi encaminhado pelo presidente Lula, em 19/03/2003, em cumprimento ao acordo com o movimento sindical, que entende ser a proposição prejudicial aos assalariados e trabalhadores.

A preocupação é que o **PL** some-se à proposta do presidente da Comissão de Trabalho, deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP), e, daí, um passo para a flexibilização e retirada de direitos trabalhistas.

Cooperativas

Projeto do Governo altera regras que regulamentam Cooperativas

O Congresso Nacional tenta, sem sucesso, desde 2004, ajustar a **Lei 5.764**, de **16/12/1971**, que “define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências”.

No ano passado, o Governo federal apresentou o **Projeto de Lei 7009**, de **10/05/2006**, que regulamenta as **Cooperativas de Trabalho**, tornando mais claras as relações entre cooperados e tomadores de serviço e institui o PRONACOOOP - Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho e dá outras providências. A Proposta deveria ser votada em regime de urgência, mas foi adiada e agora está sem prazo para ser avaliada em plenário.

Contribuição assistencial

Acordo celebra regulamentação da contribuição assistencial

LIDERANÇAS DE TRABALHADORES

reunião na sala da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, no último dia 21 de junho, fecharam acordo, com a mediação do senador **Paulo Paim** (PT-RS), para a regulamentação da **contribuição assistencial** e a eleição do presidente e vice-presidentes das **CIPAS**.

O acordo prevê que as duas proposições de autoria do senador **Paim** (**PLS 248** e **PLS 86**), somente poderão receber uma Emenda cada, a ser apresentada pelo relator designado em plenário. A do **PLS 248** visa estender às entidades patronais o direito de cobrar das empresas o mesmo percentual de **contribuição assistencial** (1%) deferida aos Sindicatos de trabalhadores.

A tramitação do **PLS 248** na Comissão de Assuntos Econômicos também será cancelada, devendo a proposição, com a aprovação da urgência, ser votada diretamente no plenário do Senado.

Compromisso

Apesar de não ter comparecido à reunião, o senador **Adelmir Santana** (DEM/DF), autor do recurso contrário à aprovação conclusiva da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, garantiu aos dirigentes sindicais: “Se aprovadas as duas alterações – extensão da **contribuição assistencial** aos empregadores e a possibilidade de os empresários indicarem o presidente e vices das CIPAS –, não mais irei me opor à aprovação das Proposições”.

Quem assinou o Acordo

O Acordo foi assinado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), na pessoa do advogado da entidade, Antônio Lisboa Cardoso; **Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)**; Central Geral dos Trabalhadores



De acordo com **Paim**, as entidades enfrentam o que chamou de verdadeira maratona para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo fixadas em Assembléia da categoria ou convenção coletiva, o que considera um absurdo: “Tal comportamento representa um total desrespeito ao princípio da autonomia e da liberdade sindical”, desabafou.

Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) e oito **Confederações de Trabalhadores**, a saber: **Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC)**; Confederação Nacional dos Trabalhadores no Transporte Terrestre (CNTTT); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH); Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA); Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL); Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS).

A Confederação Nacional da Indústria aderiu ao Acordo, mas o representante da entidade não compareceu à reunião para assiná-lo.

Desconto de 1%

O **PLS** acrescenta dispositivo à CLT que determina que o desconto da contribuição seja compulsório e não pode ultrapassar o percentual de **1%** da remuneração bruta anual do trabalhador em atividade. O percentual da contribuição e a forma de rateio serão fixados por Assembléia Geral dos trabalhadores.

“Cresce a taxa de sindicalização no Brasil”

A **AFIRMAÇÃO** É do professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp, **Márcio Pochmann**. De acordo com o economista, “após uma longa noite de descenso no adensamento sindical, iniciado em 1990, as entidades de representação dos trabalhadores voltaram gradualmente a recuperar parte dos associados perdidos”.

Os responsáveis pelo crescimento segundo o economista são os setores rural e urbano. O primeiro, por conta do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no qual a participação dos Sindicatos é definitiva para ter acesso ao crédito rural; o segundo, o que puxa a sindicalização é a recuperação do emprego com carteira assinada, especialmente nas grandes empresas.

De acordo com **Pochmann** de 1995 a 1999 houve queda significativa na taxa nacional de sindicalização. “Somente oito a cada grupo de 100 trabalhadores que encontraram uma nova ocupação associaram-se aos seus Sindicatos”, lamentou. De 1999 em diante o ambiente da sindicalização não se mostrou tão desfavorável como o anterior, uma vez que houve expansão de 15,4 milhões de novos ocupados, com adicional de aproximadamente 4,5 milhões de sindicalizados.

“Em 2005 a taxa anual de sindicalização foi **14,3%** superior à de 1999”, calculou o economista. A partir deste ano segundo **Pochmann** o percentual ultrapassou o patamar dos **18%** de todos os ocupados, acima dos 15,9% verificados em 1998. Para ele o número de sindicalizados no Brasil cresceu devido à expansão do emprego formal e a luta dos Sindicatos para representar cada vez melhor os trabalhadores: “Sem dúvida que esse percentual ainda é pequeno, mas em comparação a 2001, que a taxa era de 16% o aumento é significativo” reconheceu o analista.

“Mercado de trabalho aquece e Sindicatos voltam a ter mais associados”

A **OPINIÃO** É de **Clemente Ganz**, economista do Dieese. Para ele, com a economia estabilizada, além dos Sindicatos ganharem mais poder de fogo nas negociações salariais passam a ter maior importância e visibilidade junto às bases.

Otimista, **Ganz** acrescentou que em 2006 os trabalhadores obtiveram aumento real acima da inflação em 86% das negociações salariais realizadas. “O melhor resultado nos últimos 11 anos” afirmou o técnico.

Salário Mínimo

Câmara aprova mínimo de R\$ 380

APÓS MUITA NEGOCIAÇÃO, a Câmara aprovou em 16 de maio a Medida Provisória 362/07, que elevou o salário mínimo de R\$ 350 para **R\$ 380**, garantindo para o trabalhador brasileiro um aumento nominal de 8,57% e um ganho real de 5,1%, em vigor desde 1º de abril. A previsão da Consultoria Legislativa do Senado é de que em 2011 o salário será de R\$ 521.

A MP segue agora para votação no Senado. Um acordo entre governo e oposição evitou a votação nominal da extensão do aumento aos aposentados que recebem acima do piso nacional. De acordo com o presidente da **Cobap – Confederação Brasileira dos Aposentados, Benedito Marcílio**, “não é uma política justa. Para uma vida digna, o piso hoje deveria se R\$ 1000 complementou”.

Mais de **70%** dos pisos salariais ficaram abaixo de **1,5 salário mínimo** em 2006. A pesquisa é do Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.



Na luta em prol das categorias diferenciadas.

Governo tem alternativa à Emenda 3

O GOVERNO FEDERAL irá apresentar uma proposta para substituir a polêmica chamada **Emenda 3** que irá permitir a relação de subordinação e regularidade, como em uma relação trabalhista, das pessoas jurídicas que prestam serviços de natureza artística para outras empresas.

No entanto, a pessoa jurídica contratada terá que pagar uma contribuição extra. “Será lícito uma pessoa jurídica com lucro presumido em relações personalíssimas de caráter artístico mesmo que de forma continuada”, explicou **Guido Mantega**, ministro da Fazenda. Nesses casos, ele sugere uma tributação extra de 10% a ser pago pela empresa contratada a título de contribuição previdenciária. Essa contribuição será ainda negociada com os líderes dos partidos. O Projeto de Lei irá regulamentar o Artigo nº 116 do Código Tributário Nacional. Essa é a saída que o Governo tenta dar para acabar com a polêmica da **Emenda 3**.

Jornalistas excluídos da proposta

Mantega acredita que isso evitará precarização das relações trabalhistas, mesmo sem a imposição de um piso para que esses contratos de caráter artístico sejam aceitos pela fiscalização. Segundo o ministro, a situação das empresas que atuam no sistema de lucro presumido não será alterada, assim como consultórios de advocacia e contabilidade e clínicas médicas e odontológicas.

A **Emenda 3** proíbe que os auditores fiscais multem e tenham o poder para desfazer pessoas jurídicas quando for constatado que a relação de prestação de serviços com uma outra empresa é, na verdade, uma relação trabalhista. Ela foi incluída por parlamentares na Lei que criou a **Super-Receita** e vetada pelo presidente Lula. Pelo texto aprovado no Congresso Nacional, apenas a Justiça do Trabalho teria esse poder.

A autuação dos fiscais será agora paramentada por uma legislação mais clara. O fiscal não vai poder descontinuar uma pessoa jurídica personalíssima se estiver dentro dessa nova Lei. As Centrais sindicais foram contra a **Emenda 3** porque temiam a precarização das relações trabalhistas. O secretário-executivo da Fazenda, **Nelson Machado**, afirmou que esse trabalho de natureza artística será voltado, por exemplo, para atores e escritores. No caso de trabalhos intelectuais, como o de jornalistas, não será permitida essa exceção: “Isso não pode e continuará não podendo”, complementou.



Senado debate Emenda 3

AS COMISSÕES

DE Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais do Senado, realizaram em conjunto, uma audiência pública no dia 3 de maio, para discutir a **Emenda 3**, que restringiu a fiscalização nos casos de pessoas jurídicas, contratadas por pessoas jurídicas. A reunião contou com a presença de parlamentares, advogados, magistrados da Justiça do Trabalho, auditores fiscais e representantes de Centrais Sindicais.

Ao final de quase quatro horas de debates o presidente da Comissão, senador **Paulo Paim** (PT-RS), chegou a seguinte conclusão: “A reunião mostrou que o conjunto do movimento sindical é unânime pela manutenção do veto à **Emenda 3**”. O parlamentar disse ainda estar preocupado com o resultado da votação do veto, em virtude do Congresso não apreciar nenhum veto presidencial há mais de dez anos.

O senador **José Nery** (PSOL-PA) frisou que a **Emenda 3** “é fruto de uma mentalidade escravagista de alguns setores da sociedade que querem, a qualquer custo, colocar artifícios legais para diminuir a importância do trabalho humano”. Ao posicionar-se contra a derrubada do veto à **Emenda 3** o parlamentar opinou: “Apesar de travestida de moderna, ela representa uma visão atrasada, com objetivo de tornar mais precárias as relações de trabalho e negar direitos históricos conquistados pelos trabalhadores ao longo de uma história de muita luta”.

Paim e Nery defenderam a realização de uma grande mobilização popular para evitar que os parlamentares derrubem o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Dos dez debatedores, apenas um, o advogado tributarista, **Ives Gandra da Silva Martins**, posicionou-se pela derrubada do veto a **Emenda 3**. Além de defender a tese de que o trabalhador tem o direito de constituir uma empresa, e ser contratado através dela para se igualar aos profissionais liberais e pagar menos tributos, **Gandra** comentou: “O veto presidencial é inócuo, por considerar que o Artigo 129, da chamada MP do Bem,



FOTO: ELIAS ARAÚJO

ter o mesmo conteúdo”.

Entidades sindicais se posicionam contra a Emenda 3

Quando o Congresso aprovou o **Projeto de Lei de Câmara 20/06**, que criou a **Super-Receita**, incluiu a **Emenda 3**,

atribuindo ao Poder Judiciário a exclusividade para tomar decisões sobre relações de trabalho entre empresas e o prestador de serviço titular de uma empresa da qual ele é o único integrante.

Ao sancionar a Lei da Super-Receita, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou esse dispositivo. Constitucionalmente, cabe ao Congresso se posicionar sobre os vetos presidenciais. “Por isso a realização dessa audiência pública”, disse **José Calixto Ramos**, presidente da **Nova Central Sindical de Trabalhadores**. Ele lamentou que a **Emenda 3** favoreça apenas às empresas que buscam reduzir seus custos contratando funcionário como pessoa jurídica.

Já o representante do **Fórum Sindical dos Trabalhadores**, **Moacyr Tesch**, opinou: “A derrubada do veto à **Emenda 3** deverá ampliar o número de trabalhadores brasileiros sem carteira assinada”.

A secretária de **Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical**, **Mônica Veloso**, lembrou que o empregado ao aceitar ser contratado como pessoa jurídica, perde vários direitos trabalhistas, entre eles o décimo-terceiro, FGTS e férias. A sindicalista também destacou: “A derrubada do veto provocará um retrocesso no trabalho que o Brasil vem desenvolvendo para combater os trabalhos infantil e escravo”.

O presidente da **CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil**, **Antonio Neto**, considerou “fraude o fato de um trabalhador criar uma empresa para ao ser contratado, pagar menos impostos”. Por sua vez, o representante da **CUT - Central Única dos Trabalhadores**, **Carlos Henrique de Oliveira**, expressou sua preocupação de que a maioria dos deputados e senadores se posicione a favor da derrubada do veto: “Esse é o sentimento absorvido por integrantes de Centrais Sindicais que têm percorrido os corredores do Congresso”.



Em reunião com Lula, sindicalistas reiteram veto à Emenda 3

A manutenção do veto à **Emenda 3** e a Convenção 151 da OIT (negociação coletiva no setor público) foram os principais temas debatidos na reunião realizada no dia 25 de julho passado, no Palácio do Planalto, entre o presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** e representantes das **centrais sindicais**.

O encontro tratou também da Medida Provisória que regulamenta as Centrais. A edição desta MP estava prevista para junho, mas até agora o ato oficial não se confirmou. Também participaram da reunião os ministros Carlos Lupi (Trabalho), Paulo Bernardo (Planejamento), Luiz Marinho (Previdência) e Fernando Haddad (Educação).



FOTO: NCST-RJ

Paraíba

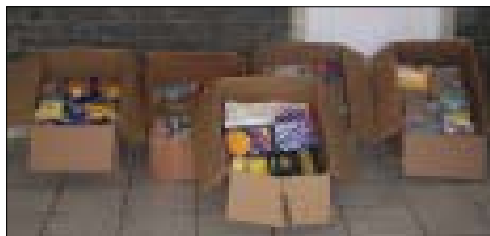
Vend. viag. e propag. do Estado exceto propagandistas de João Pessoa | sinvenpropb@hotmail.com

SINVENPRO comemora 43 anos em grande estilo

Campanha de Arrecadação de Alimentos

ENGAJADO NUMA CAMPANHA de Ação Social e Cidadania o SINVENPRO, através de seus diretores, promoveu uma "Campanha de Arrecadação de Alimentos" não perecíveis, coordenada por Antonio Anísio Vilar - diretor social do Sindicato. A Campanha, que aconteceu no período de 30 de março a 25 de maio, foi a primeira de uma série já programada pela entidade, com objetivo de atingir grande parte das instituições carentes de Campina Grande-PB.

A funcionária da instituição, Anuska Kesia, agradeceu aos diretores do SINVENPRO, Valdir Santana, Antonio Anísio, Heraldo Aires e Herbert Romeiro, os alimentos doados.



Os diretores do SINVENPRO arrecadaram em dois meses 200 quilos de alimentos não-perecíveis.



A Casa de Acolhida São Paulo da Cruz, dirigida pelo padre Everaldo Galheira da Ordem dos Passionistas, primeira instituição carente a ser beneficiada pela Campanha por atender aproximadamente 80 adultos e 20 crianças, em tempo integral, sem nenhuma ajuda dos Poderes públicos sobrevivendo apenas das doações de voluntários.

"A Saúde do Trabalhador"

Dando prosseguimento as atividades em comemoração ao aniversário do SINVENPRO, foi realizada no auditório do Hotel Village, Campina Grande, em 15 de junho, palestra sobre "A Saúde do Trabalhador", ministrada pelos médicos Eleumar Menezes Sarmento e Josiete Lucena. Por ser um tema em destaque no mundo do trabalho, o encontro despertou interesse não só de propagandistas e vendedores viajantes como também de outras categorias da região presentes no evento.

Os profissionais debateram com os trabalhadores melhorias nas condições de vida, segurança e saúde e informaram: "Estudos nacionais e internacionais apontam que os acidentes e doenças decorrentes do trabalho acontecem, principalmente, por falta de planejamento e compromisso com a questão".

Entre as principais causas de enfermidades que afligem os trabalhadores, os palestrantes destacaram o ritmo elevado de produção, as extensas jornadas de trabalho somadas à ausência de pausas para descanso e ambientes inadequados de trabalho, com umidade, pressão da chefia, assédio moral, etc.



De acordo com os médicos Eleomar (à direita) e Josiete (à esquerda) ocorrem 270 milhões de acidentes de trabalho e 160 milhões de doenças profissionais por ano em todo o mundo. Eles disseram que é necessário haver uma política mais incisiva para a prevenção de acidentes e doenças provocadas pelo trabalho.



Torneio de Futebol

Para finalizar e coroar as comemorações, o SINVENPRO realizou em 16 de junho, um "Torneio de Futebol" no campo da Academia Korpuz, "aliás, muito concorrido pelos participantes", comentou um propagandista. Além de reinar em cada um deles o espírito esportivo, o evento marcou também a confraternização entre os convidados.

"Estamos procurando envolver as categorias representadas por este Sindicato, através de diversas ações. Não podemos e não devemos isolar um órgão representativo de suas finalidades, como no passado", argumentou Valdir Santana da Silva, presidente do SINVENPRO.

O sindicalista disse ainda que a proposta do Sindicato é despertar em cada companheiro (sócio ou não sócio) o interesse e o respeito da entidade que o representa: "Temos que fazer um sindicalismo de resultados, porque agindo assim, com certeza conseguiremos ser mais forte e ter categorias mais unidas e representativas", afirmou.



Ceará

sinprovence@secrel.com.br | www.sinprovence.com.br

SINPROVENCE doa uma tonelada de alimentos

O SINPROVENCE DESENVOLVE um trabalho de ação social em prol das pessoas necessitadas. O Sindicato sensibilizado com a situação precária da Colônia de Antônio Diogo, que abriga pacientes com hanseníase, doou uma tonelada de alimentos arrecadados entre seus diretores.



Reunião sindical do SINPROVENCE

A DIRETORIA DO SINPROVENCE se reúne mensalmente na Sede do Sindicato onde discute assuntos de interesses dos trabalhadores e traça estratégias para o desenvolvimento de ações sociais da entidade.

Na ocasião, os gerentes de vendas da TIM foram convidados a apresentar um plano de telefonia celular que viesse a favorecer os vendedores viajantes e propagandistas de produtos farmacêuticos cearenses.



Indústria farmacêutica homenageia diretores do SINPROVENCE



OS DIRETORES DO SINPROVENCE, Francisco Mauricio Barroso Gomes e José de Jesus Pinto Damasceno receberam da Glaxosmithkline e Boeringer Ingelheim placas alusivas por tempo de serviço com empenho e dedicação. Francisco, trabalhou 20 anos na primeira empresa e, Damasceno, durante 35 na segunda.

Parabéns aos dois dirigentes sindicais do Ceará!

Pernambuco

sinvepro@elogica.com.br

SINVEPRO e NCST lideram manifestações contra Lei de prestador



Com o risco de ver o veto derrubado no Congresso contra a Emenda 3 - "que é um absurdo apagão de direitos" - na opinião do presidente do SINVEPRO e diretor de comunicação da Nova Central Sindical de Trabalhadores no Estado de Pernambuco, Flávio de Carvalho Silva, centenas de representantes da regional e trabalhadores saíram em passeata pelas ruas de Recife, no dia 3/05, para pedir a manutenção do veto do presidente Lula à Emenda 3.



"Os trabalhadores terceirizados, tanto quanto os que se transformam em pessoa jurídica ou os que prestam serviços em Cooperativas, devem ser protegidos pela legislação do trabalho", argumentou Flávio, em ato público na Assembléia Legislativa de Pernambuco, no dia 30 de abril, contra a Emenda 3.

Piauí

sevpropi@webone.com.br

SEVPROPI incentiva a cultura

O **SEVPROPI INAUGUROU** na Sede Administrativa do Sindicato, a **Sala de Estudos e Biblioteca**, que leva o nome do presidente da **FENAVENPRO**. O espaço, além de confortável, tranquilo e refrigerado, oferece aos frequentadores um terminal de computador para pesquisas *on-line*.

O presidente do **SEVPROPI**, **José Ribamar Pessoa**, disse que a entidade aceita doações de livros, revistas e jornais para enriquecer a Biblioteca:

"Já contamos com a contribuição de médicos, diretores da entidade e da Academia Brasileira de Letras do nosso Estado, que nos ofereceu 30 livros", festejou o sindicalista.



Paraíba

Propag. de João Pessoa | propagandistaspb@terra.com.br

SINDIPROVENDAS promove Curso de Primeiros Socorros

O **FILIADO DA FENAVENPRO**, em João Pessoa, promoveu para os propagandistas de produtos farmacêuticos de João Pessoa e seus familiares o curso "**Suporte Básico de Vida para Leigos**", ministrado pelo médico cardiologista, **Alexandre Negri**, que na ocasião enfatizou: *"É importante que o leigo tenha noção de primeiros socorros, para quando houver necessidade atender de imediato pessoas com parada cardiorespiratória, obstrução de vias aéreas por corpo estranho (engasgo) etc."*

O presidente do **SINDIPROVENDAS**, **Rogério Gurgel**, comentou porque surgiu a idéia da diretoria do **Sindicato** em realizar o curso: *"Nós, representantes da indústria farmacêutica, que passamos o dia inteiro em hospitais, clínicas, consultórios e no trânsito às vezes nos deparamos com situações inusitadas e gente que necessita de primeiros socorros"*, acrescentou o profissional.

O curso realizado pelo **SINDIPROVENDAS** que contou com a parceria do Hotel Village e da Prescrita Medicamentos, ofereceu aos alunos aulas práticas e simulações de primeiros socorros.



SINDIPROVENDAS fecha convênio com empresa de telefonia celular

O **SINDIPROVENDAS SEMPRE** pensando no bem estar e comodidade dos propagandistas paraibanos, fechou um convênio com a empresa Oi, que disponibilizou telefones celulares a custo zero para toda a categoria.

A vantagem da parceria na opinião da diretoria do Sindicato é que os aparelhos, além de custarem o valor simbólico de R\$ 1, a empresa ofereceu R\$ 70,00 de créditos extensivos aos familiares e amigos.

Goiás

secretaria@sindvendas.com.br

SINDVENDAS realiza Torneio Integração de Futebol

A **SEDE CAMPESTRE** do **SINDVENDAS** localizada em Estância Vargem Bonita a 10km do Sindicato recebeu no mês de maio os propagandistas de produtos farmacêuticos que trabalham em diversos laboratórios do Distrito Federal. Eles participaram com os profissionais de Goiás do "**Torneio Integração de Futebol**" patrocinado pela *delivery* **LigMed**. O destaque do encontro foi o clima de confraternização entre anfitriões e convidados.

Propagandistas goianos recebem brasileiros



No "**Torneio Integração**" entre os profissionais dos laboratórios Ache, Bayer, BMS, Eurofarma, Farmalab, FQN, GSK, Manipulatum, MSD, Pfizer, Roche, Sanofi Aventis, Schering Plough, Solvay e UCI não houve vencedores e, sim, um bom entrosamento entre propagandistas de Goiás e Brasília.

"Sejam bem vindos ao SINDVENDAS"



O presidente do **Sindicato**, **Paulo Guardalupe**, diga-se de passagem, perfeito anfitrião, recebeu seus colegas de Brasília com alegria e simpatia. Na ocasião o sindicalista comentou: *"A nossa idéia em realizar o "Torneio Integração" é de cada vez mais unir a categoria"*.

Propagandista da Bayer elogia SINDVENDAS

"Nós, propagandistas de Goiás, temos orgulho em ser representados pelo SINDVENDAS" afirmou **Caio César**. O propagandista da Bayer não poupou elogios a atual administração do Sindicato.



Diretor da LigMed



O diretor proprietário da *delivery* **LigMed**, **Célio Nunes**, ressaltou a importância de sua empresa patrocinar os eventos do **SINDVENDAS**: *"Como ex-propagandista e ex-gerente do laboratório Lilly é um prazer participar do convívio tão agradável de colegas de profissão, além de matar as saudades e atualizar os papos"*.

Rio de Janeiro

Propagandistas | sinproverj@globo.com

Homenagem Póstuma Velha Guarda do SINPROVERJ perde um de seus fundadores

OS **PROPAGANDISTAS DE** produtos farmacêuticos veteranos, com o apoio do **SINPROVERJ** criaram há 14 anos a **Velha Guarda** da categoria. Um de seus fundadores, o carioca **Oswaldo Parobé Chouin**, 76 anos, faleceu no dia 18 de abril passado, deixando viúva dona Ema com que foi casado por 54 anos, três filhos e seis netos.

Chouin como era chamado carinhosamente por profissionais da categoria trabalhou nos laboratórios Hosbon e Sandoz do Brasil que segundo os colegas *"exemplo de seriedade e organização"*. Para o presidente do **Sindicato** *"ele foi uma grande perda, pois era companheiro fiel e comprometido com as causas sindicais, além de ser ativo e eficiente, contribuindo para o SINPROVERJ estar sempre em projeção, não só junto aos colegas propagandistas ativos, como também resgatando os componentes da "Velha Guarda" lembrou Luiz Fernando Nunes.*

Chouin (à direita) ao lado dos companheiros da propaganda médica, Manoel e Nelson Águia, também fundadores da **Velha Guarda** do **SINPROVERJ** tristes e emocionados comentaram a morte do amigo: *"Já estamos saudosos dos momentos inesquecíveis que passamos juntos"*.



Médico do VENRIO homenageado pela Câmara Municipal do Rio

contato@sindicatodosvendedoresrj.com.br | www.sindicatodosvendedoresrj.com.br

O MÉ



anca

Arantes, atualmente coordenador da Câmara Técnica de Transplantes do Coração do Rio-Transplante, ao lado de outros médicos e enfermeiros recebeu da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no dia 10 de maio, a **Medalha do Mérito Esportivo Pan-americano**, por iniciativa do vereador também médico Dr. Carlos Eduardo (sem partido) que justificou a homenagem aos contemplados: *"Esporte é vida e, neste sentido, não poderíamos excluir profissionais que se dedicam a compreender, cada vez mais, o corpo humano e suas potencialidades e limitações, além do que, certamente, em algum momento de suas vidas trataram e curaram atletas"*, complementou.

Ao receber a comenda, **Labanca** emocionado agradeceu a generosidade do parlamentar e de todos da Casa e frisou: *"A importância desse gesto vai ficar marcada em tudo o que eu recolher durante o final da minha vida profissional"*.

Minas Gerais

sindicato@propagavende | www.propagavende.com.br

PROPAGAVENDE premia vencedores do 2º Concurso de Fotografia

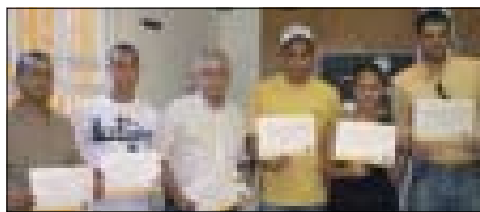
COM O TEMA "A natureza e sua integração com o ser humano", **Júlia Augusta Rocha Pozavski**, 10 anos, venceu segunda edição do "Concurso de Fotografia" do PROPAGAVENDE. Na solenidade o presidente do Sindicato, **Milton Zschaber de Araújo**, prometeu aos associados e dependentes dar continuidade a iniciativa que atraiu um grande número de participantes: "O alto nível do concurso leva-nos a crer que estamos no caminho certo", destacou.

A segunda colocada, **Luiza Pimenta Bastos de Oliveira**, concorreu com a foto "Hum... Que perfume!" e o 3º lugar coube a **Luzia das Graças Sousa**, com "Ordenando vacas". As três melhores fotografias foram premiadas com R\$ 400,00, R\$ 300,00 e R\$ 200,00, respectivamente.

Cursos do PROPAGAVENDE garantem "concorrência no mercado"

Mais uma turma de formandos dos Cursos de "Promotor de Vendas" e "Informática" oferecidos gratuitamente pelo PROPAGAVENDE aos seus associados e dependentes receberam seus Certificados de conclusão dos Cursos numa cerimônia realizada, em 21 de junho, na Sede Social do Sindicato.

No evento a diretoria da entidade frisou sobre a importância do profissional em se reciclar e se atualizar para sair em busca de trabalho: "Em breve abriremos inscrições para os próximos Cursos, sempre ministrados pelo SENAC uma das mais respeitadas instituições profissionalizantes do País".



"Acreditamos que agora estamos mais preparados para encarar a concorrência no mercado de trabalho", comentaram os profissionais esperanças exibindo seus Certificados.

Assessoria jurídica

Assessor jurídico da FENAVENPRO toma posse na ACAT

O ADVOGADO **HILDEBRANDO Barbosa de Carvalho** assina o livro de posse na presidência da ACAT – Associação Carioca de Advogados Trabalhistas, ao lado da presidente do IAB – Instituto de Advogados Brasileiros, Maria Adélia Campelo e do desembargador corregedor do TRT da 1ª Região, Luiz Carlos Teixeira Bonfim.

A posse da nova diretoria da ACAT, para o biênio 2007/2009, aconteceu na Sede do IAB, centro do Rio, dia 21 de junho. A solenidade contou com a presença de José Guimarães Alves e Luiz Edmundo Quintanilha de Barros, representando a FENAVENPRO, entre outras entidades.



Alagoas

sindeval.alagoas@click21.com.br

SINDEVAL homenageia médico pediatra

UM CAFÉ DA manhã à beira da piscina do Maceió Mar Hotel, no dia 9 de maio, com a presença de 45 associados do Sindicato serviu de cenário para a homenagem dos propagandistas da indústria farmacêutica ao pediatra **Milton Hênio** (sentado entre os profissionais), pelos seus 70 anos de vida. A merecida congratulação ao médico, segundo os diretores do SINDEVAL é por conta de sua "grandeza imensurável, simpatia, apreço e respeito" à categoria que a entidade representa.



O médico homenageado é um grande incentivador e divulgador do **Jornal da FENAVENPRO** na Academia Alagoana de Medicina e Casa da Palavra. O vice-presidente do SINDEVAL, **João Carlos**, distribuiu a última edição do **Jornal** entre os colegas que compareceram ao evento.



Palestra | Dia Mundial do Meio Ambiente

O DIA MUNDIAL do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho, foi marcado por diversas manifestações em todo o mundo e a diretoria do SINDEVAL com espírito ecológico e de preservação à natureza, não ficou de fora das comemorações. O Sindicato programou para associados, familiares e amigos a palestra "Meio ambiente e os animais – cuidados no trato para evitar doenças" ministrada por dois médicos alagoanos: **Ismar Gatto**, clínico geral e, também, escritor e **Paulo Bezerra**, veterinário.

O auditório do Hotel Praia Bonita, em Pajuçara, uma das praias de Maceió que ainda preserva as belezas naturais, lotou de interessados sobre o tema. Os especialistas ao discorrerem sobre legislação ambiental frisaram que é ilusão pensar que os problemas ambientais possam ser resolvidos somente pela educação: "A existência de boas leis conservacionistas e, muito mais do que isto, a justeza na aplicação destas, cria oportunidades para mudar atitudes diante da natureza". Eles disseram ainda que permitir que tais leis não sejam cumpridas é deseducar e anarquizar as relações entre a riqueza natural do país e a população.

Proteja os animais e as plantas

Baseadas nas últimas pesquisas, os médicos apontaram que milhares de espécies animais foram extintas nos últimos cem

anos, e lamentaram que muitas destas jamais serão conhecidas por gerações futuras: "Sabemos que algumas poderiam até revelar ao homem informações importantes sobre o meio ambiente e até mesmo a cura para determinados tipos de doenças".

De acordo com os profissionais assim como nós nos afastamos da escravidão humana, necessitaríamos dar o próximo passo, nos distanciando da escravidão animal: "Nossa meta deveria ser viver sem a exploração e a crueldade contra seres humanos e animais e se nós não nos importarmos agora, o futuro de todas as criaturas continuará negro".

Ao finalizar a palestra os médicos apelaram a todos os presentes que protegessem os animais e as plantas porque cada um deles é um ser vivo e tem tanto direito à vida, à liberdade e ao bem estar como todos nós. "Por ter perdido esta noção, nossa espécie vem causando tanto prejuízo e poluição à natureza, com conseqüências cada vez mais graves para a nossa qualidade de vida", concluíram os médicos defensores do meio ambiente e dos animais.

Os seres humanos são os únicos com capacidade de modificar em profundidade seu meio ambiente. Participe dessa causa!

Pará

sinprofar@expert.com.br | www.propagandista.com

Posição do SINPROFAR frente ao TAC

por **Álvaro Nascimento Filho**, presidente do SINPROFAR

DESDE O FINAL do ano de 2004, que o SINPROFAR informa aos seus associados sobre a decisão encaminhada pelo Ministério Público Federal e Estadual em relação ao aumento da carga horária dos farmacêuticos nos estabelecimentos.

As autoridades ministeriais têm a convicção de que a Lei nº 5.991/73 deve ser cumprida e o período de adequação do TAC - Termo de Ajustamento de Conduta está exaurindo após oito anos. Em momento algum, neste longo tempo, durante as reuniões sobre o TAC, diga-se de passagem, na maioria das vezes conturbadas e com fartas discussões frente às entidades vinculadas aos farmacêuticos, e também ao MPF e ao MPE, o SINPROFAR omitiu seu posicionamento contrário ao aumento para 12 horas e turno integral. Inclusive, nos últimos encontros, os quais, sem espanto, os Ministérios Públicos mantiveram suas posições anteriores, houve o reconhecimento destas entidades, no sentido de que o Sindicato sempre foi contrário a avanços por uma série de motivos, já tão propagados.

É importante salientar, que todos os signatários do TAC salvo a Vigilância Estadual e o SINPROFAR, desejavam aumento da carga horária e caso não houvesse a subscrição destas entidades, que a Lei fosse exigida na íntegra. Sendo assim, não entendemos com uma posição sábia, aquela que interpreta ser melhor o SINPROFAR não assinar o aumento para as 12 horas, devendo ter deixado vingar o horário integral. Além disso, se não fosse o exaustivo combate do SINPROFAR, às 12 horas, já estariam em vigor, desde 2004.

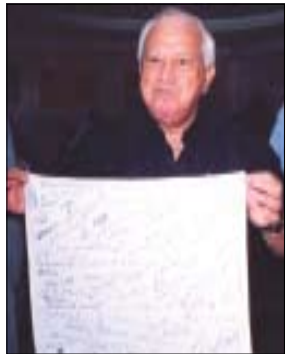
Em outro compasso, entendemos não ser pertinente fazer agressivos ataques às instituições dos farmacêuticos, pois isto apenas aumentaria a dificuldade de transpormos, através de negociações, imensa gama de problemas.

São Paulo

Propagandistas | sinprovesp@uol.com.br

SINPROVESP realiza XXII Encontro de Aposentados

A DIRETORIA DO SINPROVESP realizou mais um “*Encontro de Aposentados Propagandistas*” da indústria farmacêutica. A festa que já virou tradição entre a categoria aconteceu numa Churrascaria no bairro do Morumbi, no dia 19 de abril passado, onde mais de 300 profissionais veteranos passaram momentos alegres e descontraídos e mataram a saudade dos antigos companheiros.



O presidente do SINPROVESP, Sérgio Alves, orgulhosamente exibe para os convidados o guardanapo assinado pelos amigos de antigas jornadas.



O contemplado com a TV 20”, Leonildo Oliva, agradece o brinde a Sérgio Carósio, Fernando Domingues e Davi David, representantes do Laboratório Sanofi-Aventis.



O diretor do SINPROVESP, Luiz Antonio Imparato, entrega ao sorteado, Clóvis Metzker, jogo de facas para churrasco.

São Paulo

Vendedores Viajantes | secretaria@sindicatodosvendedores.com.br | www.sindicatodosvendedores.com.br

Homenagem Póstuma | 15.06.1919 / 22.06.2007

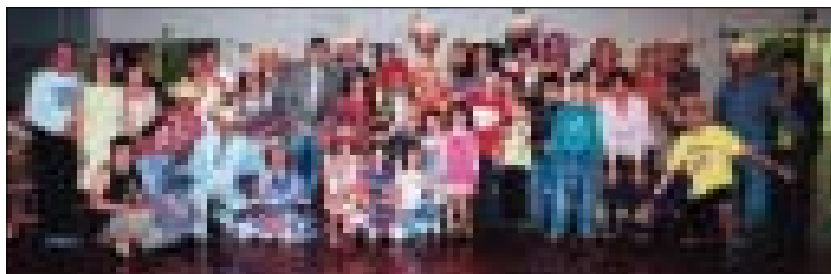


O SINDICATO DOS Vendedores Viajantes de São Paulo, cuja Carta Sindical data de 23/02/1942 não conta mais com a colaboração do sócio-fundador da entidade, Manoel Pinto de Barros Filho, associado desde 25 de maio do mesmo ano. Ele deixou viúva, Fernanda Martins de Barros, dois filhos, quatro netos e um bisneto.

Na vida sindical Barros foi tesoureiro do SINDVEND por vários mandatos e um dos idealizadores da Colônia de Férias do Sindicato na fase de construção. Na FENAVENPRO atuou como membro do Conselho Fiscal por longo período. Profissionalmente, sempre trabalhou na área de vendas, e a primeira empresa onde iniciou sua carreira de vendedor foi na S.A. Casa Pratt, depois na Remington do Brasil S/A e, posteriormente nas Gráficas São Paulo Ltda.

As pessoas que conviveram com Barros comentaram: “Ele era um homem de hábitos simples, digno, de caráter incontestável, mas bastante rigoroso em suas atitudes”.

Colônia de Férias do SINDVEND em clima de festa junina



AS FESTAS FOLCLÓRICAS do mês de junho, em homenagem a Santo Antônio, São Pedro e São João animam os vendedores viajantes paulistas que arrumam as malas e pé na estrada rumo à Colônia de Férias do SINDVEND, em Praia Grande, litoral santista.

Os diretores do Sindicato, anualmente prepararam um verdadeiro “Arraiá” para os convidados que sempre lotam a Colônia no período das festas. Além das comidas típicas – pamonha, milho cozido, canjica, cuscuz, bolos de milho e aipim, cocada, pé-de-moleque, etc. não falta o quentão e o vinho quente para acompanhar as iguarias.



Não faltou criatividade e imaginação no tradicional casamento dos caipiras.

A tradicional “Quadrilha dos Atrapalhados” ponto alto da festa, reúne adultos e crianças que se divertem a valer.

Nuclave investe na certeza de crescimento

O NUCLAVE - NÚCLEO de Aperfeiçoamento em Vendas do SINDVEND, atento aos avanços da modernidade e ao mercado competitivo, há 15 anos garante ao vendedor, “*certeza de crescimento*”, com qualidade e capacitação profissional.

Com objetivo de formar e treinar o profissional de vendas no seu local de trabalho, o Nuclave desenvolveu *Curso in Company* que segundo seus idealizadores “a aceitação das empresas é de cem por cento”.

“*Técnicas avançadas em negociações*” foi o tema desenvolvido pelo instrutor do Nuclave, Antonio Carlos Martins, para os profissionais de vendas da empresa União Química Paulista – Tanatex S.A. O treinamento aconteceu em maio no Hotel Íbis Aeroporto, em São Paulo.

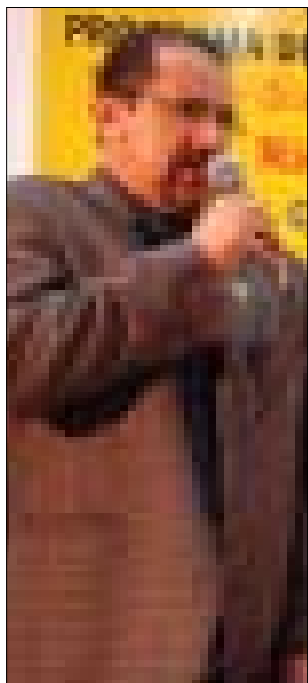
Campanha publicitária

Para alcançar um público mais diversificado o Nuclave investiu em campanhas publicitárias nas Linhas do Metrô de São Paulo mais freqüentadas. 50 painéis foram afixados nas Linhas - Azul (Zona Sul ao Centro) e Vermelha



“CUT, Força, CGT e SDS querem destruir o sistema confederativo”

Sebastião salientou que a **NCST** é a única que se posiciona contra essa manobra inconstitucional de acabar com o financiamento compulsório das Confederações e Federações, legalmente registradas no MTE.



O **ALERTA É** do presidente da **Nova Central Sindical de Trabalhadores - RJ, Sebastião José da Silva**, em plenária conjunta com o **Fórum Sindical dos Trabalhadores-RJ**. O sindicalista informou à diretoria da entidade e aos Filiados que a CUT, Força, CGT e SDS querem dar um golpe mortal nas Confederações e Federações: “Em reuniões sob a direção do senhor Medeiros, em Brasília, a pretexto de legalizar as Centrais sindicais, querem modificar a forma como os recursos da contribuição sindical chega para o sistema confederativo”.

Na opinião do rodoviário num golpismo deslavado pretendem rasgar a Constituição de 1988: “Eles querem acabar com a unicidade sindical e distribuir os recursos para as entidades ilegais paralelas à CUT e à Força”, desabafou **Sebastião**.

O sindicalista conclamou àqueles que se opõe a mais essa tentativa de golpe, que enviem ao ministro do Trabalho, **Carlos Lupi**, mensagens de apoio à posição da **NCST**, favorável ao reconhecimento e financiamento das Centrais, sem ferir a unicidade sindical e a Constituição. Anote o endereço:

Esplanada dos Ministérios BL “F” Sede - 5º andar. CEP 70059-900 - Brasília.

Fax: (61) 3225-4829 / Tels: (61) 3317-6857 / 6859.

Confira as plenárias do 1º semestre 2007.

26 de abril

Filiados à NCST-RJ apóiam Bandeira para DRT

A **ESCOLHA DO** novo delegado Regional do Trabalho do Estado do Rio foi o assunto em destaque entre os representantes dos Filiados à **NCST-RJ** e **FST-RJ** que lotaram o auditório da Sede da FETICOM-RJ, rua da Assembléia, 10 / 19º / centro do Rio.

O presidente da **NCST-RJ, Sebastião da Silva**, deixou claro que a entidade não tem vinculação partidária, mas se o ministro do Trabalho nomear pessoas para as DRT's nos Estados que não tenham compromissos com os trabalhadores a **Nova Central** irá se manifestar contra a idéia.



O apoio da maioria dos sindicalistas à indicação de **Fernando Bandeira**, presidente do movimento sindical nacional do **PDT**, diretor de Assuntos Parlamentares da **NCT-Nacional** e presidente do Sindicato dos Vigilantes no município do Rio, para ocupar o cargo foi unânime.



José Guimarães diretor da **FENAVENPRO**: “Apoiamos o **Bandeira** porque conhecemos sua competência quando exerceu dois mandatos na Assembléia Legislativa do Rio, como deputado estadual e como sindicalista, sempre em defesa das categorias que representa”.



Luiz Fernando Nunes, diretor da **FENAVENPRO** e presidente do **SINPROVERJ-Sind. Prop. de Prod. Farm. do Rio**: “Enquanto **Nova Central** não podemos solicitar ao ministro **Lupi** a nomeação do **Bandeira**, mas enquanto diretores de Confederações, Federações e Sindicatos como fez a **FENAVENPRO** devemos, sim, enviar carta externando o nosso apoio ao companheiro”.

“Lupi no MTE representa resistência às Reformas e a manutenção dos direitos dos trabalhadores”

A **AFIRMAÇÃO É** do deputado estadual **Paulo Ramos**



(**PDT-RJ**) que atualmente preside a Comissão de Trabalho na ALERJ. O parlamentar prestigiou a plenária da **NCST-RJ** e mais uma vez demonstrou estar junto dos trabalhadores: “Reafirmo a linha do **PDT** ressaltando que não aceitaremos Reformas que tirem os direitos dos trabalhadores conquistados com muita luta e suor”.

O parlamentar conclamou a todos os sindicalistas que lutem pela manutenção do veto presidencial à **Emenda 3** que transforma pessoa física em jurídica, maior parte prestador de serviços. Ele acredita que a mesma não será apreciada de imediato, pois de acordo com o regimento da Câmara há outras matérias na Casa que precisam ser votadas com mais urgência.

O deputado está convencido que se não houver reação forte da classe trabalhadora, o veto à **Emenda 3** será derrubado: “O presidente **Lula** atende mais aos representantes do capital do que os do trabalho”. **Ramos** lembrou que o Governo quer impedir a fiscalização do trabalho remetendo a questão para a Justiça do Trabalho: “No fundo mesmo o que ele quer é fragilizar a luta do trabalho perante o capital”, ironizou.

A **FENAVENPRO** lamenta que a indicação para assumir a DRT do Rio seja a do pedetista **Carlos Correia** que não tem ligação com o movimento sindical, mas segue a cartilha do ministro **Lupi**. **Bandeira** mais uma vez desconsiderado pelo **PDT**?

31 de maio

Seminário sobre o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento



Presidente da NCST, **José Calixto**: "A manifestação das Centrais Sindicais indica a disposição de aperfeiçoar algumas das medidas propostas, através de um amplo debate com a sociedade".

A **NOVA CENTRAL** Sindical de Trabalhadores e as **Confederações Nacionais de Trabalhadores** da Indústria (CNTI); Transportes Terrestres (CNTTT); Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC); Servidores Públicos (CSPB) e Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH), prosseguindo a série de debates sobre o **PAC** nos Estados, realizaram um **Seminário** sobre o tema no Rio de Janeiro. Os coordenadores explicaram o objetivo do evento: "Esclarecer aos trabalhadores e sindicalistas os principais aspectos e o cenário projetado do **Programa** do Governo que visa acelerar o crescimento econômico e aumentar o emprego até o ano 2010", concluíram.

As palestrantes convidadas – técnicas do **DIEESE** – **Alessandra de Moura Cadamuro** e **Lílian Arruda Marques** assinalaram que o principal aspecto do **PAC** é a retomada do papel do Estado enquanto promotor e indutor do crescimento econômico, através de investimentos estratégicos, tanto na infra-estrutura econômica quanto social.

Na avaliação da efetividade dos resultados propostos as economistas destacaram que se torna preocupante a manutenção das variáveis macroeconômicas que estruturam

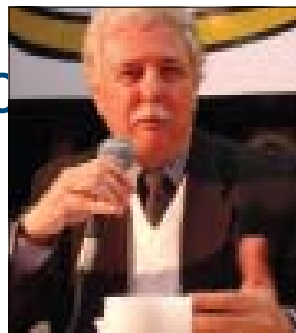
e dão consistência ao modelo econômico vigente, mantendo-se o sistema de metas de inflação e condicionando a taxa de juros

Técnicas "do DIEESE": *Para os trabalhadores impõe-se a perspectiva de um debate que transforme o PAC em um plano de desenvolvimento sustentável que, além de contemplar a inclusão social pela expansão do emprego, também seja capaz de promover a distribuição de renda e de mudar a face do país que aprofundou dramaticamente a desigualdade social sob a égide neoliberal".*



Comissão de Acompanhamento do PAC

A **NCST-RJ NOMEOU** ao término do Seminário uma **Comissão de Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento** no Estado do Rio de Janeiro, sob a supervisão do economista, **José Carlos de Assis**, coordenador técnico da **NCST-RJ**. A equipe formada por sindicalistas representantes de diversas categorias, tem por objetivo acompanhar o conjunto de medidas do **PAC** que atingem mais diretamente o trabalhador e, posteriormente informar a **Nova Central** para uma avaliação mais precisa dos possíveis impactos junto à classe trabalhadora.



José Carlos de Assis: "Quero apoiar o programa porque é um começo, pelo menos muda o sinal. É muito pouco, mas esse pouco está na direção correta", avisou. O economista se referiu aos **R\$ 52,5 bilhões** que o **PAC** destinará ao Projeto Piloto de Investimentos (PPI) até 2010. j.cassis@terra.com.br

Comissão: **Antonio Carlos** (vigilante), **Antonio Conceição** (rodoviário), **Benedito das Neves** (servidor público), **Jorge Ubiratan** (saúde), **Luiz Carlos Rozendo** (construção civil), **Luiz Edmundo Quintanilha** (propagandista), **Rosilene Grasser** (práticos de farmácia)



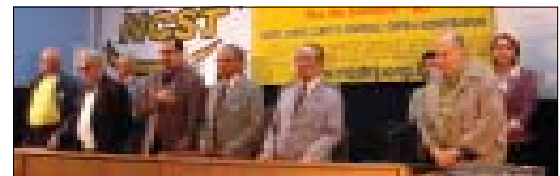
à sua valorização.

As técnicas apontaram alguns fatores de risco do **PAC**: "A política de valorização do real, também estimulada pelas altas taxas de juros, coloca em risco o resultado da balança comercial e impõe fortes dificuldades a certos segmentos da atividade econômica; além da manutenção da ciranda financeira decorrente do elevado volume de endividamento público", salientaram.

Questões relativas aos trabalhadores

No âmbito geral do **PAC** há um conjunto de medidas que terão impactos mais diretos sobre os trabalhadores, e que dizem respeito ao salário mínimo, ao **FGTS**, a Previdência Social e à remuneração dos servidores públicos federais.

O item que mais chamou a atenção e despertou polêmica entre os participantes do **Seminário** é o que trata do **Fundo de Investimentos e Infra-estrutura com recursos do FGTS**, ou seja, o uso do patrimônio líquido (**R\$ 21 bilhões**) para financiamento de obras de infra-estrutura; regras gerais para aplicação a serem definidas pelo Conselho Curador do **FGTS** e a permissão aos trabalhadores, em dois anos, usarem até 10% do saldo das contas do **FGTS** (limite de 30%) no Fundo de Investimento. *As economistas acreditam que além de propostas de medidas econômicas, torna-se necessária a democratização dos canais de debate e de decisões sobre o PAC, ampliando assim o controle social sobre o Programa.*



120 sindicalistas e trabalhadores de diversas categorias lotaram o auditório da Sede da **NCST-RJ**, rua Camerino, 66, centro do Rio, para debater e esclarecer dúvidas sobre as propostas do **PAC**. Eles deram início ao **Seminário** cantando o Hino Nacional brasileiro.

MPs do PAC transformadas em Lei

Enviadas pelo Executivo em 22 de janeiro de 2007, as nove **Medidas Provisórias** que compunham o **PAC - Programa de Aceleração do Crescimento** já foram todas aprovadas pelo Congresso Nacional – Câmara e Senado – e transformadas em norma jurídica.

27 de junho

Emprego para todos, já!

REPRESENTANTES DE ENTIDADES participantes da **NCST-RJ** e **FST-RJ** participaram da plenária conjunta que aconteceu na Sub-sede da CNTC, rua Álvaro Alvim, 21 / 9º / Centro do Rio. Na pauta, entre outros assuntos a preparação da **Campanha Pelo Pleno Emprego**, com objetivo de conseguir um milhão de assinaturas para o Projeto de Iniciativa Popular; organizar Comissão de acompanhamento do PAC; MP da regulamentação das Centrais Sindicais e Projeto da Emenda 3 da Super Receita.



Lei Maria da Penha completa um ano

A **LEI MARIA da Penha**, completou um ano no dia 7 de agosto, desde a sanção do presidente Lula. Nos 10 meses de vigência, até hoje, foram criados cerca de 40 Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e mais de 100 Varas Criminais ganharam competência para julgar esse tipo de crime, conforme determina a Lei.

No próximo dia **22 de setembro**, data em que a Lei completará um ano desde que entrou em vigor, será instalado o Observatório de Monitoramento da Implementação e Aplicação da **Lei Maria da Penha**, financiado pelo Governo federal, com abrangência nacional.

A **Lei nº 11.340/06** foi batizada em homenagem a **Maria da Penha Maia**, cujo crime praticado pelo companheiro se tornou um símbolo na luta pela eliminação

PONTO DE VISTA

por **Laís Legg da Silveira Rodrigues**,
médica psiquiatra e perita em processos judiciais

A Lei Maria da Penha e o homem

EMBORA A VIOLÊNCIA doméstica tenha proporções muito maiores - em relação ao homem agredir a mulher do que o inverso - não podemos, simplesmente, eliminar o outro pólo da questão.

É bastante sabido que a testosterona, o álcool e os exemplos atávicos de agressões domésticas levam o homem a comportar-se de maneira muito mais agressiva que a mulher; mas não deve ser considerado que esta nunca cometa nenhum tipo de violência contra aquele.

Já começam a aparecer os casos em que as mulheres (pouquíssimas, é verdade), arditamente preparam verdadeiras armadilhas para os seus companheiros, namorados ou cônjuges. Basta que se dirijam a uma Delegacia de polícia, aleguem maus tratos físicos ou psicológicos e o homem seja lançado ao inferno de um presídio. Em alguns casos, elas mesmas se machucam e se automutilam para dar maior credibilidade ao relato.

Muitas são portadoras de ciúme patológico, outras querem vingar-se de quem as traiu ou as substituiu por uma nova namorada e, para tal, utilizam-se dos órgãos públicos para a sua vingança pessoal. E muitas delas aceitam o seu homem de volta depois do "susto".

Saliento que o número de mulheres que assim agem é ínfimo, porém não é zero. Todas as autoridades policiais, judiciais e periciais devem ficar atentas para os casos que lhes caem às mãos, para que a injustiça não prospere. Homens e mulheres são iguais perante a lei.

6 de dezembro - Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres Lei nº 11.489/2007, de 21/06/07

OPINIÃO

por **Roberto Monteiro Pinho**

Reforma Trabalhista desafia a tudo e a todos

A **REFORMA TRABALHISTA** em curso no Congresso é uma das mais longas da história do legislativo brasileiro, só perdendo para a do Código de Processo Civil (CPC), trazendo com isso enorme desgaste político para o presidente Lula da Silva, que atravessou seu primeiro mandato, 2002/2006, sem encontrar meios para avançar no texto reformista.

Estacionado há 15 anos e amparado por uma superestrutura milionária para sua manutenção (reunindo Centrais sindicais, Fórum Nacional do Trabalho, Fórum Nacional Sindical e todo corpo jurídico do Planalto) a JT não oferece nada aparente que justifique a morosidade para sua aprovação, até porque, enquanto não fecha a **Reforma**, questões afetas ao direito do trabalho estão surpreendendo o trade trabalhista a cada momento.

Exemplo recente, a Emenda nº 3, que descarta o Judiciário Trabalhista para julgar questões de contratos temporários e terceirizado e ainda afasta a fiscalização do trabalho (DRTs). Há quem sustente que a lentidão da **Reforma** é proposital, e tal suspeita encontra eco nas declarações do presidente Lula da Silva, que anunciou no auge da reforma (2004) sua preferência por um fatiamento das questões do trabalho, ou seja, aos poucos, (porque é mais fácil obter aprovação das mudanças) permitindo com isso, a superação da CLT, com novas leis sobre a relação do capital/trabalho.

No meio deste tortuoso caminho de incertezas, vem o ministro da Justiça, Tarso Genro, "in terminis", anunciar que "vai discutir projeto de agilidade do Judiciário", listando entre as prioridades a alteração do processo trabalhista (entenda-se do processo), não das Leis do Trabalho.

Juízes do Trabalho desrespeitam a lei, e daí?

Aprovada em 1943, a CLT é hoje um desperdício em letras e papel, artigos que se perderam no tempo, por conta das inovações, centenas de enunciados, súmulas e também pelo desprezo dos magistrados trabalhistas pelo texto de lei, e ainda o "deboche" estatal pelo mais

sagrado dos institutos do trabalho, a aposentadoria, constantemente violada por decisões executórias que alcançam as contas salário para bloqueio judicial, em flagrante desrespeito à norma expressa de lei.

Embora os juízes do trabalho não estejam "nem aí", para esta violação, a questão maior é que a sociedade condena este tipo de comportamento do Judiciário do trabalho, até porque este se caracteriza pelo seu cunho social e de justiça humana, e ainda desenha um Judiciário abrupto nas suas decisões e nada nobre no seu comportamento legal.

Num dos poucos momentos de valorização da Reforma, o presidente Lula da Silva propôs no início do seu governo a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem diminuir salários, mas o texto está engavetado, segundo técnicos do governo, aguardando o desfecho da Reforma Sindical, hoje travada por conta da discussão da aprovação do fim da contribuição sindical compulsória.

Uma das questões mais polêmicas da Reforma ficou por conta da proposta de supressão de quase totalidade dos artigos da CLT, enxugando de 922 para 50 artigos, este senão, ainda não superado, está dividindo sindicalistas, congressistas e o próprio governo. Não se pode olvidar que dois organismos internacionais "ipsis literis" trabalham em Brasília pela flexibilização das leis trabalhistas, o Fundo Monetário Nacional (FMI) e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (Bird), que contam como aliados os empresários ligados aos grandes grupos nacionais e Confederação Nacional da Indústria, e o próprio governo Lula, todos apostando, deixando a conta para o trabalhador num novo tempo para a relação do capital/trabalho.

Roberto Monteiro Pinho, é titular da coluna Justiça do Trabalho, do jornal Tribuna da Imprensa, foi juiz do Trabalho e coordena projetos na área trabalhista.

Gerente da AmBev visita FENAVENPRO

"A **RELAÇÃO ENTRE a AmBev e os vendedores viajantes é saudável e enriquecedora porque sempre prevaleceu o diálogo entre nós**". A afirmação é do gerente corporativo de Relações Trabalhistas e Sindicais da **Companhia de Bebidas das Américas, José Fernandes Mangerona**, recebido na Sede da **FENAVENPRO** pelos diretores, **Luiz Fernando Nunes, Ayrton Rodrigues de Almeida e José Guimarães Alves**. O presidente e a assessora jurídica do **VENRIO - Sindicato dos Vendedores Viajantes do Estado do Rio de Janeiro**, respectivamente **José Soares e Patrícia Pereira**, também receberam o executivo.

Na ocasião, **Ayrton** homenageou **Mangerona** e a advogada do **VENRIO, Patrícia**, com um jogo de canetas.



Técnico de Segurança do Trabalho é conselheiro no CONAMA

O **TÉCNICO DE Segurança do Trabalho, José Augusto da Silva Filho**, ao tomar posse como conselheiro do **CONAMA**, durante a 85ª Reunião Ordinária do **Conselho Nacional de Meio Ambiente**, realizada no auditório da Agência Nacional das Águas (ANA) em Brasília, nos dias 25 e 26 abril, destacou: “A minha especialidade é a prevenção. Portanto, é uma honra ocupar este cargo no Conselho, tão importante e significativo do Governo Federal”.



Durante a solenidade de apresentação dos novos conselheiros no **CONAMA**, José Augusto apresentou a ministra do Meio Ambiente com um exemplar de seu livro “Ciências Sociais e Políticas na Área de Segurança, Saúde e Meio Ambiente”.

É a primeira vez que um profissional dessa área assume o cargo: “Mais um desafio na minha vida profissional”, desabafou **José Augusto** - diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho (FENATEST). O consultor em Segurança e Saúde no Trabalho frisou em seu discurso: “Estou à disposição nas Câmaras Temáticas e nos grupos de trabalho, no sentido de colaborar e transmitir a minha experiência e vivência na área da segurança, saúde e meio ambiente”.

A indicação do professor **José Augusto** para representar as Centrais e as Confederações Nacionais de Trabalhadores da área urbana no

CONAMA, ocorreu através de processo coordenado pela CNTC e CNTI, com a aprovação e oficialização de **Marina Silva**, ministra do Meio Ambiente.

O conselheiro deixou seu endereço eletrônico à disposição para o envio de denúncias, sugestões, propostas de Moções e outras matérias relacionadas às questões ambientais. Anote: augustomehana@terra.com.br.

O que é o CONAMA

Trata-se de um Órgão colegiado de caráter normativo, deliberativo e consultivo do Ministério do Meio Ambiente. Integra a estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), que tem como finalidade assessorar, estudar e propor ao Conselho do Governo e demais órgãos governamentais, diretrizes de políticas para o meio ambiente e recursos naturais.

O **CONAMA** delibera também no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à qualidade de vida, praticando atividades compatíveis com a sua finalidade.

Os números que chocam

- **270 milhões** de acidentes de trabalho acontecem por ano no mundo, com a morte de **dois milhões** de trabalhadores e trabalhadoras;
- **4% do PIB** global mundial são gastos com acidentes e doenças do trabalho;
- No Brasil, em 2005, foram **2.708 mortes** por causa do trabalho, **13.614** casos de incapacidade; **uma morte no trabalho a cada três horas e 14 acidentes a cada 15 minutos**.

Fonte: I Seminário de Segurança e Saúde no Trabalho, organizado pelo Conselho Sindical Regional da Baixada Santista.

Ministério da Saúde identifica acidentes de trabalho

PARA AJUDAR OS médicos a identificar os **acidentes de trabalho** e tratar adequadamente as vítimas, o **Ministério da Saúde** lançou seis *Protocolos de Atenção à Saúde do Trabalhador*, durante cerimônia que marcou o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho (27 de abril). São eles: acidentes de trabalho fatais, graves e com crianças e adolescentes; por exposição ao chumbo metálico; por perda de audição por ruído; por doenças causadas por exposição à poeira e exposição ao benzeno e doenças de pele ocupacionais.

De acordo com o coordenador da Área Técnica de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, **Marco Antônio Perez**, os Protocolos vão dar subsídios aos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) para que eles identifiquem e registrem os acidentes de trabalho e os problemas ambientais que afetam determinado local de trabalho.

Perez alertou: “O dano à saúde primeiro atinge o trabalhador, mas se o problema do trabalho não for sanado, ele se estende ao meio ambiente e, conseqüentemente, a saúde de outras populações”, salientou o coordenador.

Portal da Saúde – www.saude.gov.br – Principal (link: Saúde do Trabalhador).



2.800 trabalhadores morrem por ano

DADOS DA FUNDACENTRO (Órgão responsável por Medicina e Segurança do Trabalho ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego) mostram que **2.800** trabalhadores morrem e **14 mil** ficam incapacitados em decorrência de acidentes ocupacionais.

Do total, 42% são jovens de até 29 anos, principalmente em áreas como construção civil, operação de máquinas, química e em atividades campeãs em LER / Dort, como bancários.

Há um projeto em discussão para a obrigatoriedade de escolas técnicas, como o Senai, incluírem no currículo dos cursos treinamento em saúde e segurança do trabalho.

Acidentes de trabalho geram prejuízo

SEGUNDO DADOS DO Governo federal por ano são gastos **R\$ 32 bilhões**, cerca de **4% do PIB** (Produto Interno Bruto), com **acidentes de trabalho**. De acordo com a Previdência, R\$ 8 bilhões correspondem aos benefícios acidentários e aposentadoria especial.

27 de julho

Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho

DE ACORDO COM o último Anuário Estatístico de Previdência Social, em 2005 ocorreram cerca de **491 mil acidentes de trabalho** e doenças ocupacionais notificadas, quase meio milhão de pessoas, e 2,7 mil mortes. Em relação aos anos anteriores, o número de acidentes de trabalho está aumentando. Em 2004, foram cerca de 466 mil. Segundo o Boletim Estatístico da Previdência Social, soma **R\$ 20,7 milhões**, o valor total pago apenas no mês de junho, com problemas relacionados aos acidentes de trabalho.

O movimento sindical na luta contra o trabalho infantil

NO DIA 12 de junho, Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, a presidente da **ORIT - Organização Regional Interamericana de Trabalhadores** e vice-presidente da **AFL-CIO (EUA) - American Federation Of Labor e Congress Of Industrial Organizations** (Federações de uniões laborais internacionais), **Linda Chavez-Thompson**, falou sobre a luta social e sindical contra essa prática a partir de sua experiência pessoal, já que ela trabalhou numa fazenda de algodão na sua infância.

A senhora passou parte da sua vida na zona rural e trabalhou, desde jovem, nesse setor. Como foi a convivência com o trabalho infantil na sua experiência pessoal ou familiar ou em situações próximas?

Eu comecei a trabalhar com 10 anos durante os três meses do verão, 10 horas por dia e cinco dias por semana. Meu pai trabalhava numa fazenda de algodão e eu e meus irmãos e irmãs tínhamos que ajudá-lo para poder comprar roupa para a escola. Na verdade eu não tive uma infância normal – foi um tempo para ajudar minha família.

O trabalho na agricultura me ajudou a compreender a necessidade de colaborar com os trabalhadores que não têm direitos e aos quais são negados o respeito e a dignidade. Via com meus próprios olhos a forma com que os “braceros” mexicanos eram tratados e isso ficou gravado na minha mente. A ninguém se deve tratar dessa forma.

Em sua opinião, qual é a importância de promover um Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil incluindo o tema na agricultura?

É importante porque os nossos Governos têm que ver a importância de proibir o **trabalho infantil** em todos os setores, e especialmente na agricultura, que é um trabalho muito perigoso. Muitos jovens reclamam e não tem ajuda de ninguém.



A agricultura, junto com a mineração e a construção, é um dos três setores mais perigosos. As faltas de experiência e de desenvolvimento físico das crianças os fazem particularmente vulneráveis. Mesmo assim a agricultura concentra cerca de **70% do trabalho infantil**.

Como combater essa dura realidade? Dê-nos sua opinião.

Nós necessitamos da ajuda de várias comunidades para combater esses abusos. Temos que contar com a ajuda da comunidade cívica, da comunidade religiosa, dos integrantes da comunidade educativa e não apenas dos que trabalham no movimento trabalhista.

Como a cooperação internacional, e iniciativas como o “Centro de Solidariedade” podem contribuir para a luta contra o trabalho infantil na América Latina e Caribe?

O escritório das Américas do “Centro de Solidariedade” da **AFL-CIO** não tem atualmente projetos para combater o **trabalho infantil** na **América Latina** e Caribe. Mas, sem dúvida, no caso de se desenvolver uma iniciativa para combater o **trabalho infantil** trabalharíamos em conjunto com as **Centrais** nacionais e as **organizações sindicais** correspondentes ao setor da indústria enfocado pelo projeto (por exemplo, mineração ou agricultura).

Qual é o papel do movimento sindical internacional no combate ao trabalho infantil?

Continuaria na luta por Leis e impor multas e grandes castigos contra os empregadores que continuam violando-as e colocando crianças para trabalhar, além de garantias melhores para os jovens.

MTE divulga “lista suja” de trabalho escravo

O **MINISTÉRIO DO Trabalho e Emprego** atualizou no último 10 de julho, o **Cadastro dos Empregadores** flagrados explorando trabalhadores na condição análoga a de escravos também conhecida como “*lista suja*”. Com a inclusão de 51 nomes e a retirada de 22 empregadores, a relação passa a ter **192** nomes, entre pessoas físicas e jurídicas, não incluídos os casos de exclusão por força de decisão judicial.

Lista

O nome do infrator entra para a lista após o final do processo administrativo criado pelos autos da fiscalização, quando estes não estão mais sujeitos a recursos na esfera administrativa.

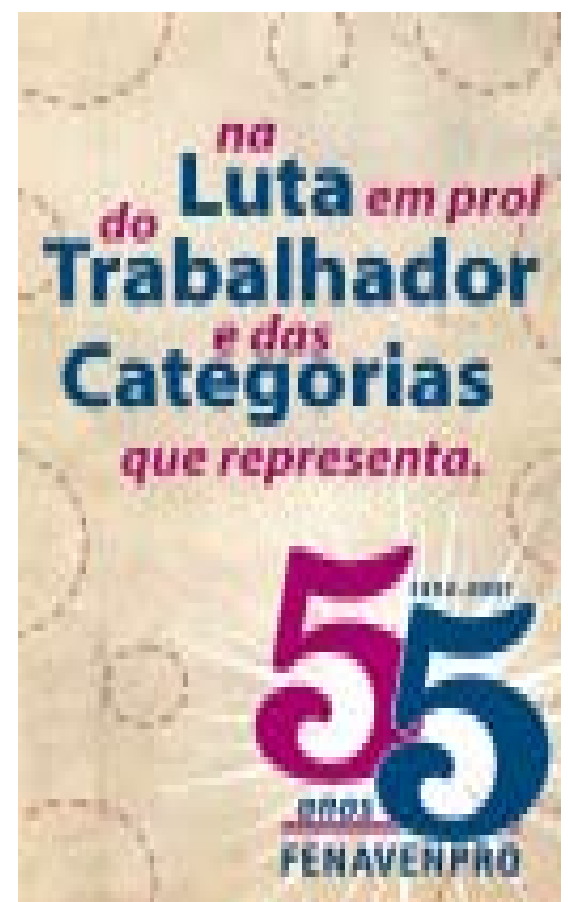
A exclusão, por sua vez, depende do monitoramento do infrator por um período de dois anos. Se neste intervalo não houver reincidência e forem pagas todas as multas resultantes da ação de fiscalização e quitados os **débitos trabalhistas e previdenciários**, o nome é retirado.

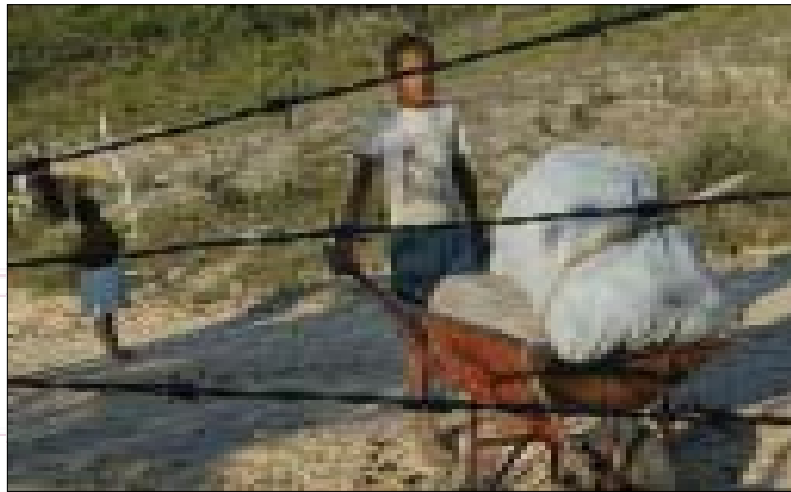
Punição

Os empregadores listados ficam impedidos de obter empréstimos em bancos oficiais do governo e também entram para a lista das empresas pertencentes à “*cadeia produtiva do trabalho escravo no Brasil*”, que serve de alerta às indústrias, varejo e exportadores para a aplicação de restrição aos produtos.

Fonte: Diap

Acesse www.diap.org.br e veja a lista das 192 empresas que mantém trabalho escravo.





12 de junho

Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil

150 milhões de crianças trabalham na agricultura

Trabalho infantil volta a crescer no Brasil

Exploração de crianças causa indignação

A **OIT - ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho**, em 2002, instituiu o **Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil** – celebrado em **12 de junho** - quando foi publicado o relatório da Conferência sobre o Trabalho Infantil de Genebra. O dia é dedicado também, à eliminação do **trabalho infantil** na agricultura.

Segundo a **OIT**, “a maioria de crianças trabalhadoras, cerca de 70%, mais de 150 milhões de meninas e meninos menores de 18 anos”, atuam em atividades agrícolas ou pecuárias. Porém, nem todo o trabalho feito por crianças na agricultura é prejudicial ou deve ser eliminado, de acordo com a **Organização**, que define **trabalho infantil** como “todo aquele que prejudica o bem-estar das crianças e compromete a sua educação, o seu desenvolvimento e a sua vida futura”.

Para o governo brasileiro, a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego resgatou, entre janeiro e março deste ano, mais de 1.931 crianças e adolescentes do mercado de trabalho. Entre 2003 e abril deste ano, o total de resgatados seria de 38 mil. O ministério ressalta que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio realizada em 2005 apontou o Maranhão como o estado com maior número de casos – 240 mil – de **trabalho infantil**.

“O **TRABALHO INFANTIL** no campo é um problema de ordem cultural”, afirmou o técnico de Relações de Trabalho e Previdência da **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)**, **Clóvis Veloso** à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Ele participou de audiência pública que avaliou o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Segundo **Veloso**, a prática tem diminuído, sendo que 90% dos casos acontecem na agricultura familiar. O técnico informou que **1,2 milhão** de crianças trabalham no setor rural e só 10% desse total atuam na agricultura comercial.

Mas a secretária-executiva do **Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**, **Isa Oliveira**, citou dados do IBGE, segundo os quais o número de crianças trabalhando voltou a crescer entre 2004 e 2005.

Também há muitos casos em grandes cidades. O diretor de **Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego**, **Leonardo de Oliveira**, afirmou que a dificuldade é convencer as famílias: “Existem pais que fazem crianças trabalhar para aumentar a renda e que elas participam de programas de transferência de renda, mas de noite vendem coisas em bares”, lamentou o fiscal do MTE.

A procuradora Regional do Trabalho, **Eliane dos Santos** lembrou que o compromisso do Governo contra o **trabalho infantil** inserido no plano de erradicação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome não foi executado: “O Plano inclui 133 ações, mas só um terço delas foram implementadas”, complementou.

“**QUASE 3 MILHÕES** de crianças entre cinco e 15 anos trabalham no Brasil”. O dado, do IBGE, foi ressaltado pela senadora **Patrícia Saboya** (PSB-CE), presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, durante debate sobre o tema. Ela disse que a sociedade precisa se mobilizar para solucionar o problema, com “políticas mais ousadas e criativas”.



Especialistas observaram que, entre 2004 e 2005, cresceu o trabalho infantil no país. O senador **Cristovam Buarque** (PDT-DF) atribuiu a culpa à mudança de conceito do programa de distribuição de renda, transformado de Bolsa-Escola para Bolsa Família: “Foi um efeito devastador. Se antes a pessoa recebia o dinheiro porque o filho ia para a escola, agora recebe porque é pobre. Se

antes dizia vou sair da pobreza porque meu filho vai para escola, agora diz se deixar de ser pobre, perco a bolsa” – afirmou **Cristovam**.

O senador sugeriu o envio de carta ao presidente da República externando a indignação do Senado Federal e propôs a criação de Comissão para acompanhar a erradicação do **trabalho infantil**.

Fonte: Jornal do Senado: 18/06 a 24/06/07



FOTOS: ANTONIO GAUDÉRIO / FOLHA IMAGEM

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil	11,1	10,1	9,7	9,8	10,7	10,8	12,1
Nordeste	10,1	9,4	9,2	9,8	10,2	10,3	11,4
Sudeste	11,4	10,7	10,5	10,6	11,6	11,7	13,0
Sul	11,1	10,3	10,1	10,2	11,1	11,2	12,5
Sudoeste	10,4	9,5	9,3	9,5	10,4	10,5	11,8
Centro-Oeste	10,4	9,5	9,3	9,5	10,4	10,5	11,8
Centro-Sul	10,4	9,5	9,3	9,5	10,4	10,5	11,8
Centro-Nordeste	10,4	9,5	9,3	9,5	10,4	10,5	11,8
Centro-Sudoeste	10,4	9,5	9,3	9,5	10,4	10,5	11,8
Centro-Sul	10,4	9,5	9,3	9,5	10,4	10,5	11,8

Lutas Conquistas

